



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Thomás Costa Rodrigues

**PRÁTICAS E IMPACTOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA
EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Brasília – DF

2019

THOMÁS COSTA RODRIGUES

**PRÁTICAS E IMPACTOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA
EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Dr, Fabrício Oliveira Leitão.

Brasília – DF

2019

Rodrigues, Thomás Costa.

Práticas e impactos da economia compartilhada em assentamentos rurais / Thomás Costa Rodrigues. – Brasília, 2019.

86 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Oliveira Leitão, Departamento de Administração.

1. Economia Circular. 2. Economia Compartilhada. 3. Assentamentos Rurais. 4. Agronegócio. 5. Agricultura

THOMÁS COSTA RODRIGUES

**PRÁTICAS E IMPACTOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA
EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

Thomás Costa Rodrigues

Dr, Fabrício Oliveira Leitão
Professor-Orientador

Dr, Marlon Vinícius Brisola,
Professor-Examinador

Dr, Karim Marine Thomé
Professor-Examinador

Brasília, de de

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Adriana e Pablo, por todos os esforços que fizeram para que pudesse ter acesso à uma educação de qualidade, que me possibilitou ingressar na Universidade de Brasília e ter experiências incríveis que jamais imaginei que viveria. Agradeço aos meus amigos, sendo considerados por mim extensão da minha família, por me apoiar e motivar durante a elaboração do trabalho e durante a vivência na universidade. Agradeço ao meu orientador Fabrício Oliveira Leitão por todas as orientações, direcionamentos e suporte ao longo do trabalho. Agradeço à professora Patrícia Guarnieri por despertar meu interesse pela pesquisa por meio de suas aulas e encontros do nosso grupo de pesquisa. Agradeço ao professor Warley Henrique por facilitar o contato com a representante do assentamento rural de Unaí. Finalmente, agradeço especialmente às entrevistadas da pesquisa, que me deram a oportunidade de conhecer uma realidade totalmente diferente da que estou habituado e me motivaram a estudar de forma mais profunda o agronegócio brasileiro.

RESUMO

O modelo linear da economia, pautado na extração, produção, consumo e geração de resíduos apresenta-se como fator preponderante para a degradação do meio ambiente e a desigualdade social. Como alternativa, a Economia Circular sugere que as cadeias produtivas sejam modificadas, possibilitando o uso mais responsável dos recursos naturais existentes e o crescimento das nações, concomitantemente à preservação ambiental. A Economia Compartilhada, vertente oriunda do modelo circular da economia, desponta como meio viável para o uso mais eficiente dos recursos, por meio da garantia do acesso de forma comunitária e democrática. Nesse contexto, a produção agrícola se apresenta como ambiente favorável à aplicação de tais práticas, possibilitando que pequenos produtores rurais usufruam dos mesmos benefícios tecnológicos e produtivos aos grandes produtores. O objetivo deste trabalho foi identificar as práticas de Economia Compartilhada aplicadas em assentamentos rurais e os seus impactos, preenchendo a lacuna de pesquisa acerca do tema - práticas de compartilhamento na conjuntura dos assentamentos rurais. Do ponto de vista metodológico a pesquisa se classifica como exploratória e qualitativa, utilizando a técnica da revisão sistemática da literatura e de estudos de casos múltiplos em assentamentos rurais. Como principais resultados, foi identificado que os assentamentos rurais são ambientes favoráveis à aplicação de práticas de economia compartilhada, e essas trazem ganhos de produtividade e redução de custos de produção, facilitam o acesso à tecnologia por parte dos pequenos produtores, e trazem crescimento recíproco das propriedades que constituem os assentamentos rurais.

Palavras-chave: Economia Circular, Economia Compartilhada, Assentamentos Rurais, Agronegócio, Agricultura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ecossistema da Economia Compartilhada.....	22
Figura 2 – Três núcleos da economia compartilhada.....	23
Figura 3 – Distribuição de Assentamentos da Reforma Agrária.....	28
Figura 4 – Nuvem de Palavras-Chave.	39
Figura 5 – Evolução das Publicações.	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das Publicações e Práticas de EC na Agricultura:	44
Quadro 2 – Práticas de EC Identificadas nos Assentamentos de acordo com RSL:.	54
Quadro 3 – Comparativo das Práticas de EC nos Assentamentos com a Teoria:	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Protocolo da Revisão Sistemática:.....	36
Tabela 2 – Base de Dados das Buscas dos Artigos:.....	39
Tabela 3 – Tipos de Pesquisa:	41
Tabela 4 – Práticas de Economia Compartilhada Identificadas:	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IFAD – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONU – Organização das Nações Unidas

RA – Região Administrativa

RSL – Revisão Sistemática da Literatura

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WFP - Programa Alimentar Mundial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização.....	11
1.2	Formulação do problema	14
1.3	Objetivo Geral	15
1.4	Objetivos Específicos.....	15
1.5	Justificativa	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Economia Circular.....	18
2.2	Economia Compartilhada.....	21
2.2.1	Modelo Sistêmico e Pilares da Economia Compartilhada	22
2.2.2	Desafios da Economia Compartilhada.....	24
2.3	Assentamentos Rurais	26
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	29
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	29
3.2	Caracterização da organização, setor ou área	31
3.3	População e amostra	32
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	33
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	34
3.5.1	Revisão Sistemática da Literatura	34
3.5.2	Estudo de Caso	37
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1	Revisão Sistemática da Literatura.....	38
4.2	Resultados dos Estudos de Caso	53
4.2.1	Maquinário e Equipamentos	55
4.2.2	Ponto de Venda.....	57
4.2.3	Compartilhamento da Produção de Alimentos	59
4.2.4	Energia Elétrica	60
4.2.5	Insumos Agrícolas	61
4.2.6	Compartilhamento de Instalações e Local de Trabalho.....	63

4.2.7	Informações e Comunicação	64
4.2.8	Compartilhamento da Mão de Obra.....	66
4.2.9	Compartilhamento de Animais e Produtos Derivados	67
4.2.10	Habilidades e Conhecimentos.....	69
4.2.11	Sistemas de Distribuição	71
4.2.12	Responsabilidades	72
4.2.13.	Financiamento Coletivo	73
4.2.14	Habitação	75
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	76
5.1	Considerações Finais.....	76
5.2	Limitações da Pesquisa	78
5.3	Sugestões de Trabalhos Futuros	78
	REFERÊNCIAS.....	79
	APÊNDICES.....	86
	Apêndice A – Guia de Entrevista	86
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista	86

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A partir do século 18, a humanidade vem alterando o ambiente sem precedentes, a uma taxa e escala insustentáveis, proporcionando uma transformação radical no panorama mundial, aumentando o uso dos recursos naturais, e rapidamente gerando resíduos (HOEKSTRA; WIEDMANN, 2014).

Como forma habitual de produção e consumo de produtos, a chamada Economia Linear (EL) evidencia uma perspectiva tradicional ao sistema econômico, no qual, segundo Andersen (2007), a produção é destinada para a geração de bens de consumo e bens de capital, e estes, por sua vez, proporcionarão a geração de resíduos que serão descartados na natureza.

Contudo, esse modelo baseado na extração, produção, consumo e descarte compromete a preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento das gerações futuras.

Não obstante, uma alternativa viável é apresentada para o sistema econômico atual, a chamada Economia Circular (EC), sendo definida por Geissdoerfer *et al.* (2017), como um sistema regenerativo, no qual seus *inputs* e sobras, emissões, e perdas energéticas são minimizadas por meio da diminuição, do encerramento, e limitação do ciclo de materiais e de energia. Podendo ser, assim, sintetizada, conforme as palavras de Zink e Geyer (2017), como: o reuso de produtos, sendo este o “conserto” e o “remodelar”; o reuso de componentes, a “remanufatura”; e o reuso de materiais, a “reciclagem”. Adicionalmente, a EC ressignifica o conceito de “fim da vida” dos produtos por meio da redução e do reuso alternativo, recuperando e reciclando materiais na etapa de produção e/ou distribuição e nos processos de consumo (KIRCHHERR *et al.* 2017).

Após a assimilação do conceito e da importância do novo padrão de consumo e produção pelos governos, organizações e sociedade, espera-se, segundo Kalmykova *et al.* (2018), a promoção do crescimento econômico por meio da criação de novos negócios e oportunidades de emprego, diminuição dos custos de materiais e da volatilidade dos preços, melhorando a segurança da cadeia, bem como a redução das pressões e impactos sobre o meio ambiente.

A realidade proporcionada pela adequação e utilização das práticas explanadas pela economia circular seria atingida caso a demanda global, tanto por volume quanto pela composição de produtos fosse estabilizada, conforme evidenciado por Worrell e Reuter (2014). Mesmo que tal contexto apresente-se como uma condição utópica e pouco pragmática, Worrell e Reuter (2014) dizem que uma parcela das atividades que constituem a EC podem ser implementadas.

Fazendo uma contraposição à economia atual e apresentando-se como uma vertente da economia circular, a economia compartilhada envolve a criação e acesso à recursos subutilizados Ferrell *et al.* (2017), propiciando o uso mais eficiente dos recursos, interações entre indivíduos, acesso justo a produtos e serviços, empregos mais flexíveis, interações desmonetizadas, bem como o empoderamento de pares e comunidades, sendo recebida como uma forma de mudança para um modelo ecologicamente, socialmente e economicamente correto (CIULLI; KOLK, 2019, p.1)

Dessa maneira, a utilização em contrapartida à propriedade de bens mostra-se como a forma mais relevante para negócios sustentáveis para uma economia circular, dando a condição para que indústrias tenham lucro sem externar custos e risco ligados a geração de resíduos (STAHEL.1982; GEISSDOERFER *et al.* 2017).

O compartilhamento de bens e serviços fomenta mudanças perceptíveis nas cadeias de suprimentos e nos canais de marketing, tornando um canal direto entre os proprietários ou produtores e os consumidores (FERRELL *et al.* 2017). Contudo, para que o ecossistema criado pela economia compartilhada seja visto como saudável e sustentável, é necessário a sobreposição dos interesses mútuos e do bem comum sobre os interesses individuais (LEUNG *et al.* 2019).

Ademais, segundo Leung *et al.* (2019), quando os agentes envolvidos na cadeia apresentam atitudes positivas e as opiniões mostram-se favoráveis, o compartilhamento evidencia uma tendência favorável para um futuro sustentável. O ambiente de reciprocidade gerado por essa forma de integração possibilita a colaboração e cooperação, no qual floresce um caminho para o atingimento dos interesses comuns.

Nesse sentido, e levando em consideração o ambiente organizacional, para indústrias e organizações já estabelecidas, a economia compartilhada é agregada à sua infraestrutura produtiva por meio da troca da aquisição de maquinário e ferramentas por formas de locação desses materiais entre companhias ou mesmo

entre departamentos, promovendo, porventura, a substituição do modelo de trabalho permanente por outro qualificado como “sob demanda” (CIULLI; KOLK, 2019, p.9).

Entre os anos 2000 a 2016, o comércio de produtos agrícolas apresentou crescimento anual médio de 6%, evoluindo em valores gerados de 570 bilhões de dólares para 1,6 trilhões (FAO, 2018). Concomitantemente, é possível notar que os ótimos resultados da agricultura são possíveis graças aos seus ganhos de produtividade, sendo que a comparação da produtividade agrícola entre os diferentes tamanhos de áreas plantadas envolve, tipicamente, o rendimento das culturas ou a produtividade da terra em relação a uma única ou múltiplas culturas (RADA *et al.* 2019).

Para tal, o uso da mecanização é imprescindível, proporcionando, em termos de ganho de eficiência, segundo Sengupta *et al.* (2019), a diminuição do tempo de cultivo em 20%, além da melhoria nos processos de colheita e pós-colheita, liderando o aprimoramento do cultivo. Contudo, os benefícios gerados por essa realidade não foram amplamente sentidos pelos diversos agentes que contribuem para o setor agropecuário. Pequenos produtores rurais residentes em países em desenvolvimento e que possuem recursos limitados e acesso escasso a informação e ao mercado encontram restrições no momento de adotar inovações tecnológicas, o que pode influenciar sua exclusão do mercado (RUBEN *et al.* (2006).

Por ter como prisma principal a facilitação de acesso a recursos e áreas àqueles que não possuem condições de adquirir tais ativos, a economia compartilhada proporciona uma saída factível para pequenos produtores rurais que desejam aumentar seus ganhos com o uso da terra e da tecnologia, se utilizando de meios colaborativos e sustentáveis que diminuem o impacto ao meio ambiente.

Dessa forma, é evidente que modelos cooperativos de uso da terra, como fazendas comunitárias, organizações fundiárias e cooperativas agrícolas, possuem o potencial de desafiar os regimes de propriedade privada, possibilitando a manutenção da terra para o bem comum e oferecendo segurança contínua aos produtores rurais, se tornando uma opção viável para o ganho de acesso a terras agrícolas em regiões dominadas por especulação fundiária e pela preferência da propriedade individual (WITTMAN *et al.* 2017).

Nesse contexto de democratização do acesso à áreas agricultáveis e adequando-se a realidade latino-americana, mais especificamente à realidade brasileira, políticas de acesso envolveram uma série de ações significativas buscando

a democratização à terra e fortalecendo a agricultura familiar, sendo impulsionadas a partir dos anos 2000 (MARQUES; DEL GROSSI 2015). Ações essas implementadas por meio da intensificação e formação de assentamentos rurais.

Vinculados a uma forma de produção que se preocupa com a preservação ambiental e a comunidade, os assentamentos rurais são vistos como organizações socioeconômicas que promovem o desenvolvimento da agricultura alternativa, sendo caracterizada pela descentralização, independência, comunidade, diversidade, relação harmoniosa com a natureza e, principalmente, a sua conservação (QUEDA *et al.* 2009).

Adicionalmente, como indicado por Aguiar *et al.* (2018), essa forma alternativa de organização rural, por apresentar em sua concepção cadeias curtas de suprimento, auxiliam na redução de gastos e na diminuição de externalidades negativas sobre o meio ambiente, além de estimular o desenvolvimento e a autonomia de produtores regionais e locais, contribuindo para a qualidade dos alimentos consumidos.

1.2 Formulação do problema

Levando em consideração as informações anteriormente apresentadas, é patente a importância da economia circular como novo modelo de interrelação entre organizações e suas cadeias de suprimentos, quebrando o paradigma ortodoxo de extração, produção, consumo e descarte, difundido pelo modelo linear da economia. Adicionalmente, vemos a importância desse novo sistema econômico e, mais especificamente do compartilhamento de bens e serviços como promovedor de um uso mais eficiente de recursos e, conseqüentemente, da sustentabilidade organizacional e preservação ambiental.

Dessa maneira, o presente sai da esfera de pesquisa da economia compartilhada no âmbito industrial e de prestação de serviços e migra para a do agronegócio, setor primário da economia. Assim sendo, a pesquisa pauta-se na busca pela resposta da seguinte questão-problema: **quais práticas de economia compartilhada têm sido adotadas em assentamentos rurais e quais os impactos dessas para a economia circular?**

1.3 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa foi identificar e avaliar os impactos proporcionados pela economia compartilhada nos assentamentos rurais e as contribuições dessas para a economia circular.

1.4 Objetivos Específicos

- a) Desenvolver uma revisão sistemática da literatura sobre as de práticas da Economia Compartilhada adotadas na agricultura;
- b) Identificar quais práticas da economia compartilhada têm sido adotadas nos assentamentos rurais;
- c) Verificar a percepção dos atores produtivos sobre a adoção das práticas da economia compartilhada aplicadas ao contexto dos assentamentos rurais.

1.5 Justificativa

Com expectativa de crescimento da população mundial até 10 bilhões em 2050, a demanda por produtos agrícolas será impulsionada em cerca de 50%, exigindo uma aceleração no aumento da produtividade, o que pode ser dificultada pela degradação dos recursos naturais, a perda de biodiversidade, e a dissipação de pestes e doenças de plantas e animais (FAO, 2017).

Adicionalmente, é possível notar por dados disponibilizados pela FAO, IFAD, UNICEF, WFP (2018), que o número de pessoas desnutridas no mundo terá um crescimento exponencial, mostrando que, se esforços não forem realizados, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização Nações Unidas (ONU) sobre erradicação da fome não serão alcançados até 2030.

Com parcela significativa na produção de alimentos e geração de empregos na perspectiva mundial, a agricultura familiar representa 90% das fazendas das 570

milhões de fazendas mapeadas no mundo, sendo estas geridas por indivíduos ou grupo de pessoas que dependem principalmente da mão de obra familiar (UNCTAD, 2015).

Mais especificamente no Brasil, a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar corresponde a cerca de 21,4% das despesas totais com alimentos da família brasileira (UNCTAD, 2015), e segundo Hoffmann (2014), cobre aproximadamente um quarto da área agrícola total, sendo o restante ocupado por latifúndios.

Apesar de serem mais eficientes e produzirem quantidades próximas ao nível máximo de produção com os recursos disponíveis se comparada com a agricultura de grande porte, a agricultura familiar apresenta ainda uma lacuna entre a produtividade atual e a produtividade potencial técnica, em virtude do uso subestimado de recursos e a adoção insuficiente de tecnologias produtivas (FAO, 2015).

Para que essa lacuna e os desafios do aumento na produção de alimentos, geração de empregos e da melhora na base de recursos disponíveis sejam superados, é necessário que os pequenos produtores rurais tenham capacidade de introdução contínua de novos conhecimentos e tecnologias melhores e produtivamente sustentáveis (FAO, 2015).

Por outro lado, ao analisarmos a representatividade da economia compartilhada no ambiente organizacional, nota-se que companhias pautadas no compartilhamento proporcionaram mudanças radicais no comportamento do consumidor, utilizando como base a inovação para alterar setores econômicos inteiros e os modelos de negócio vigentes (PWC, 2015).

Priorizando o acesso ao invés da aquisição de equipamentos e maquinário, as organizações adquirem ganhos de eficiência em sua operação, visto que o compartilhamento prioriza a exploração de recursos ociosos, possibilitando a otimização da produção e, conseqüentemente, o aumento de ganhos financeiros (CIULLI; KOLK, 2019).

Estudos científicos sobre agricultura familiar estão sempre na pauta, porém, nota-se uma lacuna de estudos sobre economia compartilhada em assentamentos rurais, que foi comprovado na revisão sistemática de literatura deste trabalho. Como explanado por Daunorienè *et al.* (2015), enquanto a economia compartilhada pode

contribuir para o desenvolvimento sustentável e possui uma ampla margem para a resolução de problemas práticos e que envolvam a sustentabilidade, há uma falta de estudos empíricos relacionando a integração dessas duas áreas de estudo, demonstrando um grande potencial de pragmatismo e inovação (ZHANG *et al.* 2018).

Mesmo possuindo uma parcela considerável da produção alimentícia, os pequenos produtores rurais ainda encontram dificuldades de acesso a recursos que contribuiriam para o estímulo da sua produção e acesso ao mercado, deixando-os a margem se comparados com os grandes produtores rurais. Nesse sentido, formas alternativas de disposição e utilização de recursos apresentam-se como saída para esse entrave. A Economia Compartilhada, aplicada ao contexto do agronegócio, possibilita que produtores rurais acessem meios de produção sem necessariamente adquirir sua posse, utilizando máquinas e equipamentos ociosos advindos de outros agricultores, por exemplo, e impulsiona sua produção por meio do uso da tecnologia.

Levando em consideração as informações apresentadas anteriormente, e a representatividade e importância da agricultura de pequeno porte para a produção alimentícia, este trabalho buscou um novo olhar da economia compartilhada, demonstrando sua aplicabilidade no setor agropecuário brasileiro e esclarecendo as vantagens do uso de métodos e técnicas dessa nova perspectiva no contexto dos pequenos produtores rurais presentes nos assentamentos rurais. Concomitantemente, busca-se auxiliar no entendimento de que o aumento da produtividade no campo e a geração de lucros podem andar lado a lado com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade na agricultura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa etapa são apresentados os principais conceitos que embasam o trabalho, discorrendo sobre os assuntos neles contidos, fornecendo assim a fundamentação necessária para sua elaboração.

Os temas aqui apresentados se referem à Economia Circular, trazendo a discussão sobre o assunto a partir da ótica de autores seminais, a Economia Compartilhada e suas principais áreas de atuação, e, finalmente, os Assentamentos Rurais e sua importância para o agronegócio.

2.1 Economia Circular

Com o objetivo de explanar mais sobre o assunto em questão e suas principais áreas de pesquisa, aplicações e limitações é necessário, primeiramente, conceitualizar alguns termos de acordo com a comunidade científica. Apesar da Economia Circular (EC) possuir uma amplitude nos trabalhos científicos desenvolvidos, o conceito que a define ainda apresenta-se de forma superficial e carece de análises críticas, além de expor limitações e tensões inerentes em sua apropriação e aplicação (KORHONEN *et al*, 2018; MURRAY *et al*, 2017).

Boulding (1966), em sua obra “*The Economics of the Coming Spaceship Earth*”, é considerado regularmente pela literatura científica ocidental como precursor da ideia de Economia Circular, nomeando-a previamente, por meio de uma tradução essencialmente literal, de “economia do homem do espaço”.

Fazendo uma comparação com o modelo econômico vigente, Boulding (1966) afirma que a economia linear prega que o consumo e a produção são vistos como algo positivo, e o sucesso é mensurado pelo montante produtivo gerado a partir da extração dos fatores de produção, no qual são obtidos de reservatórios de matérias-primas e de materiais não econômicos, sendo considerados como causas para a poluição futura. Em contrapartida, a Economia Circular postula que a taxa de transformação de materiais não é uma aspiração e, de fato, deve ser minimizada ao invés de maximizada. A verdadeira preocupação desse novo modelo econômico é a manutenção de estoques e em qualquer mudança tecnológica que resulte na manutenção do estoque total de materiais com uma menor produção e consumo, qualificando tal situação como o verdadeiro ganho por ela proporcionado.

Em outro contexto Liu *et al.* (2009) afirma que:

O conceito de EC foi proposto primeiramente por pesquisadores chineses no ano de 1998 e formalmente aceito em 2002 pelo governo central chinês como uma nova estratégia de desenvolvimento do país, pautada na proteção ambiental, prevenção da poluição e no desenvolvimento sustentável (LIU *et al.*, 2009, p. 1).

Diferentemente dos antecessores, sua obra evidencia que a Economia Circular pode ser conduzida a partir de duas perspectivas: prática e teórica.

Na primeira visão busca-se a minimização de resíduos, a conservação ambiental, a eficiência energética e o desenvolvimento sustentável de forma simultânea, sendo estes objetivos compilados em um pacote de estratégias e ferramentas sistemáticas (LIU *et al.* 2009). Na visão teórica, seguindo o mesmo pensamento do autor, evidencia-se que a estrutura econômica é proveniente de um subsistema do sistema ecológico terrestre com recursos e capacidade ambiental limitada e que a Economia Circular possui a missão de solucionar os problemas da perspectiva de redução do fluxo de materiais e fazer com que o mesmo esteja balanceado entre o ecossistema e a estrutura socioeconômica (LIU *et al.* 2009).

Conquanto a definição de Economia Circular não é um consenso, a essência da EC é identificada como fator comum entre a comunidade científica que estuda o tema, originando-se principalmente da eco inovação, ecologia industrial e do desenvolvimento sustentável, sendo identificada por Murray *et al.* (2017) como a remodelagem de sistemas manufatureiros e de suprimento de serviços, focando em alcançar valor através do redesenho ao invés de simplesmente melhorar componentes e a utilização de recursos, alcançando, assim, a otimização do sistema como um todo.

Para que políticas e práticas do sistema econômico circular sejam amplamente aceitos e aplicados, esforços conjuntos devem ser feitos por agentes da esfera pública e privada. Andersen (2007) afirma que a reciclagem, por exemplo, será aceita somente onde se é desejável, a partir do ponto de vista da iniciativa privada e de uma economia capitalista convencional. Para tal, políticos e gestores na esfera pública devem ultrapassar as perspectivas limitantes da economia circular, como a queda futura de preços de materiais e de recursos naturais e instituir mecanismos que assegurem que a reciclagem e o reuso sejam aceitos onde é socialmente necessário e eficiente.

Levando em consideração os conceitos e práticas apresentadas, a economia circular ainda apresenta limitações e restrições para sua aplicação em grande escala, tanto no ambiente público quanto privado. Isso é justificado por Korhonen *et al.* (2018) em sua obra, no qual evidencia que a adoção do conceito supracitado é limitado por fatores termodinâmicos, espaciais e temporais, do crescimento econômico, da dependência tecnológica, da gestão intra e inter-organizacional e da definição de fluxos físicos.

Em relação a primeira condição, o presente autor afirma que, por causa da entropia, as práticas da economia circular como, reciclagem, reuso, remanufatura e a remodelagem de processos irão gerar níveis de insustentabilidade em deterioração, poluição e geração de resíduos em uma escala física crescente em que o sistema econômico não está preparado, visto que as mesmas necessitaram de energia para serem realizadas, além de gerar resíduos e produtos paralelos como resultado (KORHONEN *et al.* 2018).

A segunda condição nos mostra que os projetos que envolvem a EC que foram implementados e que serão implementados futuramente sempre serão locais ou regionais em sua maioria. Com várias empresas constituindo suas cadeias de suprimentos cada vez mais globais, esses projetos tendem a se restringir nas zonas economicamente favoráveis, deixando os problemas ambientais e sociais para as nações mais pobres. Concomitantemente, se a cultura atual de consumo permanecer inalterada, a EC continuará como uma ferramenta técnica que não transforma o curso econômico insustentável atual, sendo este o fator limitante do crescimento econômico apresentado pelo autor anteriormente citado. Em relação à dependência tecnológica, inovações no âmbito do modelo circular da economia tendem a competir no mercado com a reciclagem convencional pela utilização de matérias-primas e por fontes energéticas, o que dificulta sua utilização.

Finalmente, o gerenciamento organizacional e a definição de fluxos físicos são considerados como limitadores, visto que o primeiro refere-se a cooperação entre organizações, que mostra-se como primordial entre empresa fornecedora e consumidora e entre produtor e consumidor. Em suma, uma empresa sozinha consegue implementar políticas que envolvem a EC, o reuso e reciclagem de materiais e a sustentabilidade. Porém, em uma cadeia que interliga diferentes empresas, que são responsáveis por diferentes etapas da cadeia de suprimentos é mais difícil garantir a utilização dessas práticas, visto que uma dessas companhias pode adotar materiais virgens para a sua produção, ao invés de materiais para reuso. O segundo é fator limitante, pois não há um consenso sobre o que é resíduo e sobre o que pode ou não ser consumido. O significado de resíduo vai variar de local, sociedade e tempo e sem um significado comum é difícil estimular e apoiar sua utilização e adoção (KORHONEN *et al.* 2018).

Mesmo estando em sua fase inicial e possuir diversos empecilhos, evidências nos mostram que práticas emergentes de EC como reciclagem e manutenção estão

presentes entre as grandes companhias avaliadas pelo ranking da organização Standard & Poor's (BOCKEN *et al.* (2017).

Yuan *et al.*(2019) avalia que os projetos de EC devem focar em melhoria da produtividade e na ecoeficiência de forma compreensiva, especialmente na otimização de estruturas industriais e produtivas, desenvolvendo e aplicando novas tecnologias, atualizando equipamentos e melhorando a gestão.

2.2 Economia Compartilhada

O aquecimento global, o aumento dos preços dos combustíveis, a poluição e outras tendências são considerados fatores estimulantes para a alavancagem de oportunidades futuras do consumo compartilhado e colaborativo (BELK, 2014). Nesse contexto, Ciulli e Kolk (2019) nos mostram que a economia compartilhada foi parametrizada e recebida como uma transição para um sistema mais ecológico, social e economicamente responsável, visto que promove o uso mais eficiente dos recursos, o vínculo social, equidade de acesso a produtos e serviços, bem como a ascensão de relações trabalhistas mais flexíveis, interações desmonetizadas e o empoderamento de pessoas e comunidades.

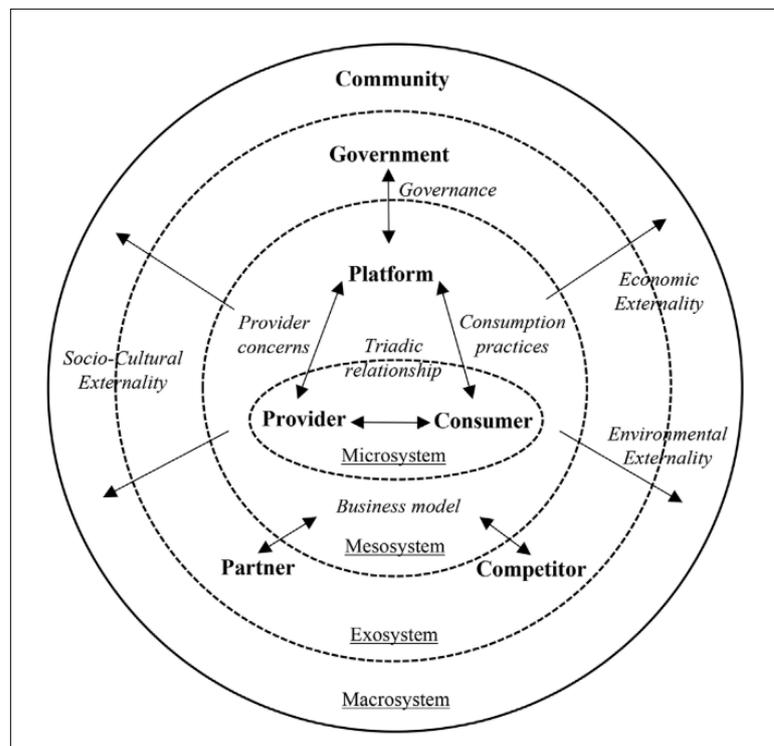
Adicionalmente, Belk (2007) evidencia que o compartilhamento é uma alternativa para a propriedade privada, no qual duas ou mais pessoas podem aproveitar os benefícios ou os custos associados à posse de algo. Essa natureza recíproca proporcionada pela economia compartilhada faz da cooperação e da colaboração entre os diversos indivíduos uma realidade possível, criando um caminho para o atingimento dos interesses mútuos (LEUNG *et al.* 2019).

Apesar de não haver uma definição exata de economia compartilhada, e ainda ser debatida no âmbito acadêmico, sua terminologia é amplamente utilizada e sua essência elucidada como a conexão entre fornecedores independentes e consumidores através de um agente facilitador na troca, no qual esses veem o acesso como um meio de obter recursos que, tradicionalmente, são adquiridos através da aquisição de propriedade (FERRELL *et al.* 2017).

2.2.1 Modelo Sistêmico e Pilares da Economia Compartilhada

Baseado na Teoria dos Sistemas Ecológicos proposta por Bronfenbrenner (1979) no qual é definido o desenvolvimento, tanto no âmbito individual e ambiental como na interação entre esses dois elementos, como uma mudança duradoura no qual o indivíduo lida e percebe o seu ambiente, Leung *et al.* (2019) propõem o modelo para o ecossistema da economia compartilhada, composta por quatro subsistemas inter-relacionados, com grupos de interesse e objetivos divergentes residindo em diferentes camadas.

Figura 1: Ecossistema da Economia Compartilhada



Fonte: Leung *et al.* (2019, p.7)

Primeiramente, o autor nos mostra que a primeira camada é constituída pelo chamado *Microsystem* ou microssistema, este que possui como principais agentes os fornecedores e os consumidores, cujas atividades e interações proporcionam a criação do produto ou experiência principal da economia compartilhada. A segunda camada, possui como cerne as plataformas, auxiliadas pela tecnologia moderna, como agentes intermediários que conectam em grande escala consumidores e fornecedores de produtos e serviços.

Como terceira camada, possuímos o *Exosystem* ou sistema externo, que inclui os agentes influenciadores externos ao sistema central, sendo constituído por parceiros, concorrentes e o governo. No tocante aos parceiros e concorrentes, o modelo apresentado afirma que estes influenciadores encaram desafios e oportunidades relacionadas aos novos modelos de negócio criados pela economia compartilhada e devem se adaptar à nova realidade através da colaboração e incorporação de práticas às suas realidades negociais. Em contrapartida, o governo possui o papel de supervisionar as atividades realizadas por essas novas plataformas e adaptar a legislação com o objetivo de enquadrar os novos modelos de negócio de compartilhamento.

Finalmente, a quarta e última camada do ecossistema da economia compartilhada o *Macrosystem* ou macrossistema, é formada pela comunidade. Esta última em questão revela valores culturais, crenças e estilos de vida onde os sistemas de compartilhamento estão embutidos, bem como é constituída e influenciada por externalidades ambientais proporcionadas pela economia compartilhada (LEUNG *et al.* 2019).

Adentrando aos conceitos e às suas subdivisões, Acquier *et al.* (2017) categoricamente, posiciona a economia compartilhada em três pilares centrais: a economia do acesso, economia de plataforma e a economia baseada na comunidade.

Figura 2: Três Núcleos da Economia Compartilhada.



Fonte: Acquier *et al.* (2017, p.4)

O primeiro pilar cobre um conjunto de iniciativas que se baseiam no "compartilhamento de ativos subutilizados para a otimização de sua utilização", oferecendo um acesso barato e longo de serviços para consumidores de forma curta e ágil. Nesse sentido, a perspectiva do acesso, pautada no compartilhamento e no mutualismo, possibilita um uso mais intenso de produtos, que oferecem melhor poder sobre o capital natural que está retido no produto entregue (ACQUIER *et al.* 2017).

Seguidamente, o mesmo autor define a economia de plataforma como um conjunto de iniciativas pautadas na "intermediação de trocas descentralizadas entre indivíduos através de plataformas digitais", que criam valor aos consumidores a partir da conexão e organização de transações ao invés de realizar a produção de produtos por elas mesmas. Tais programas oferecem a promessa econômica de desenvolvimento de um novo mercado baseado no acesso amplo, seguro e descentralizado, no qual podem proporcionar oportunidades aos indivíduos, sendo estes consumidores, que ganham acesso seguro e barato à produtos e serviços, ou fabricantes que estimulam o empreendedorismo (ACQUIER *et al.* 2017).

As plataformas voltadas para a economia compartilhada podem estar estruturadas como organizações voltadas para a obtenção de lucro, fundações, cooperativas, grupos comunitários ou relações informais, podendo atuar de forma local ou global (BRADLEY; PARGMAN 2017).

Como terceiro pilar da Economia Compartilhada, Acquier *et al.* (2017) evidencia a economia baseada na comunidade, ou mesmo economia comunitária, esta que pode ser referida como um conjunto de iniciativas que possibilitam coordenação de interações não contratuais, não hierárquicas e não monetárias entre indivíduos, tendo como propósito primordial contribuir para projetos da comunidade, em criar a união social, promover valores e alcançar uma missão social através de um trabalho coletivo.

2.2.2 Desafios da Economia Compartilhada

“O materialismo, o individualismo possessivo, e a convicção que a própria identidade deve ser desenvolvida pela extensão das possessões são todos os fatores

que inviabilizam o compartilhamento”. Levando em consideração à afirmação de Belk (2007), vemos que o principal impedimento para a adoção a práticas de compartilhamento está relacionado ao comportamento e crenças individuais e culturais presentes na sociedade atual pautada no consumo.

Além disso, um dos fatores evidenciados por Cherry e Pidgeon (2018) é a falta de popularidade dos discursos de economia compartilhada. Os autores afirmam que a agenda proposta por esse modelo econômico não é universalizada, em virtude da forte desconfiança no discurso popular relacionado aos negócios e indústrias que o praticam. O desafio que as empresas enfrentam será de desenvolver estruturas que reduzam ainda mais a desconfiança e possibilitem que os consumidores sintam segurança quando firmarem negócios com tais organizações.

Outro fator inerente aos desafios enfrentados pela economia compartilhada está relacionado à regulação. Como evidenciado por Silva *et al.* (2017), as práticas adotadas por empresas de economia compartilhada são recentes no ambiente jurídico, questionando os reguladores de forma diária e trazendo a toma simultaneamente a antítese de estímulo à inovação e a proteção dos consumidores. Nesse sentido, os agentes reguladores devem analisar o fenômeno da economia compartilhada separadamente, não atuando de forma similar a esses novos fenômenos com as leis atuais já existentes, promovendo, assim, a proteção do consumidor e o estímulo à criação do novo.

A tecnologia atual abriu portas para a criação de um estilo e padrão de vida sem a propriedade de produtos, possibilitando a conexão entre usuários e proprietários através de plataformas *consumer-to-consumer* ou *business-to-business*. No contexto empresarial, as organizações voltadas para a economia compartilhada foram capazes de estimular usuários e fornecedores na aceitação de um mercado eficiente e transparente, aumentando a competição pelo oferecimento de uma alternativa atrativa para consumidores ou mesmo a substituição de empresas estabelecidas (FERRELL *et al.* 2017; PARENTE *et al.* 2018). A partir disso, vemos que a economia compartilhada, como ramo proveniente da economia circular, é uma saída para uso mais responsável dos recursos naturais e dos produtos e serviços, estimulando o consumo consciente através da capacidade de acesso, por meio de plataformas tecnológicas voltadas para a colaboração.

2.3 Assentamentos Rurais

Diferentemente dos demais produtores agrícolas em nível mundial, o Brasil combina em seu território propriedades extensas, com alto investimento e orientadas à exportação, com pequenas propriedades compartilhadas, que utilizam de mão de obra intensiva e orientadas para o atendimento da subsistência (RADA *et al.* 2019).

Concomitantemente, vemos que ações internas à nação de caráter político, econômico e social moldam a realidade agrícola. Como evidenciado por Hisano *et al.* (2018), a forma e os processos de transformação e do desenvolvimento agrícola são influenciados e moldados primariamente por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e ecológicos endógenos a realidade de cada Estado e região.

Nesse contexto, como forma de evolução do setor agropecuário, vemos a implementação da tecnologia e a mecanização do campo como condição central, esta que proporciona benefícios na poupança de recursos, na melhoria da eficiência e no desenvolvimento social (SENGUPTA *et al.* 2019). Ainda como mencionado pelo autor anterior, em termos de ganhos de eficiência, a mecanização agrícola diminui o tempo de cultivo em 20%, promovendo melhoras nos processos de colheita e pós-colheita, liderando o aprimoramento do cultivo. Ademais, social e ambientalmente, proporciona a transformação de áreas anteriormente incultiváveis em cultiváveis, encoraja jovens a aderir às práticas agrícolas, promove ações seguras de plantio e aumenta a eficiência laboral, por exemplo.

Entretanto, é notável que o pequeno produtor rural ainda sente a dificuldade em usufruir dessas vantagens e de se inserir em um mercado cada vez mais competitivo, disputando muitas vezes com os produtores rurais maiores por acesso à recursos que viabilizariam seu desenvolvimento.

Como mencionado por Hazell *et al.* (2010):

Onde novas tecnologias são necessárias para acessar informações, maquinário, ou grande quantidade de capital, e culturas valorizadas requerem um investimento considerável em sementes, fertilizantes e pesticidas, os pequenos produtores podem sofrer uma desvantagem se não puderem obter crédito e insumos nos mesmos patamares que os grandes produtores (HAZELL *et al.*, 2010, p. 5).

Para contornar tal impasse, redes alternativas de alimentos e suas práticas podem ser adotadas, essas que se referem geralmente na literatura, segundo Lamine *et al.* (2018), como redes que conectam produtores e consumidores de forma direta e local e que são promovidas por organizações da sociedade civil, envolvendo consumidores e produtores no fomento de questões relacionadas a alimentos e sendo de desinteresse das cadeias de suprimentos convencionais.

Nesse contexto, a economia compartilhada pode ser colocada como uma dessas práticas, visto que a competitividade dos pequenos agricultores poderia ser melhorada através do aumento de sua acessibilidade à variedade de insumos e à dinâmica de mercados associadas com preço e volume (RAUNGPAGA; SAVETPANUVONG 2017).

Adicionalmente, uma forma complementar para a alavancagem desse tipo de agricultura de pequeno porte seria a adoção de práticas colaborativas e de cooperação, cujos produtores rurais poderiam favorecer seu crescimento e adquirir benefícios mútuos, visto que cooperativas agrícolas, fazendas comunitárias e organizações fundiárias são estruturas que, potencialmente, contestam os regimes operantes de propriedade privada, garantindo a manutenção da terra para a comunidade agrícola e oferecendo segurança contínua aos produtores rurais. (WITTMAN *et al.* 2017).

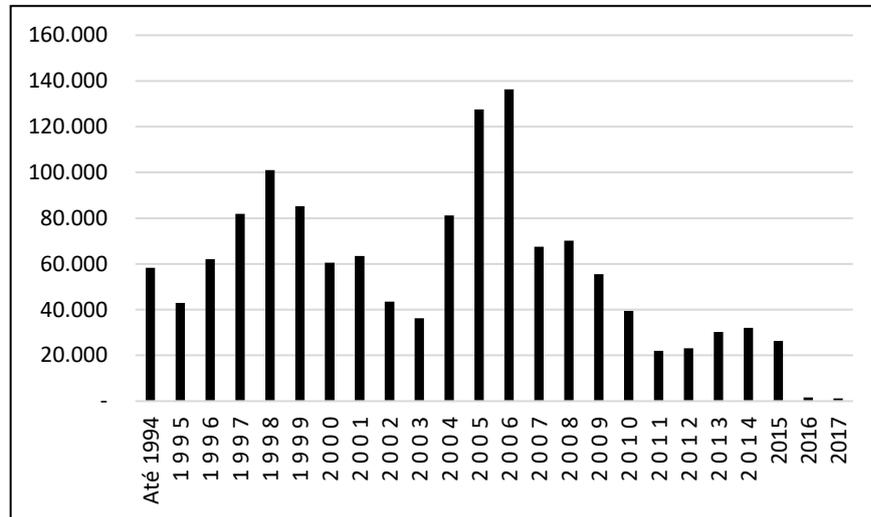
Como afirmado por Knickel *et al.* (2018) em seus estudos, em determinados casos, o estímulo à ações colaborativas e menos competitivas na promoção de parcerias, ao invés da competição e do individualismo, estavam gerando maior contribuição à prosperidade rural, evidenciando que inovações no âmbito organizacional e social possuem papel vital na economia agrícola.

Nessa perspectiva e sob a ótica da conjuntura brasileira, visto como modelo destoante das grandes propriedades e incentivador do cooperativismo no meio rural, os assentamentos ganharam gradativamente papel de maior relevância na ocupação e utilização das terras agricultáveis em território brasileiro, sendo classificados por Leite *et al.* (2004) como representantes da inovação na história brasileira de luta pela democratização de terras no Brasil.

Ações de cunho governamental e, mais especificamente, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sistematizaram o formato de distribuição e alocação de famílias assentadas ao longo do território

nacional, sendo evidente o aumento da distribuição de propriedades rurais para famílias que anteriormente careciam de acesso à terra.

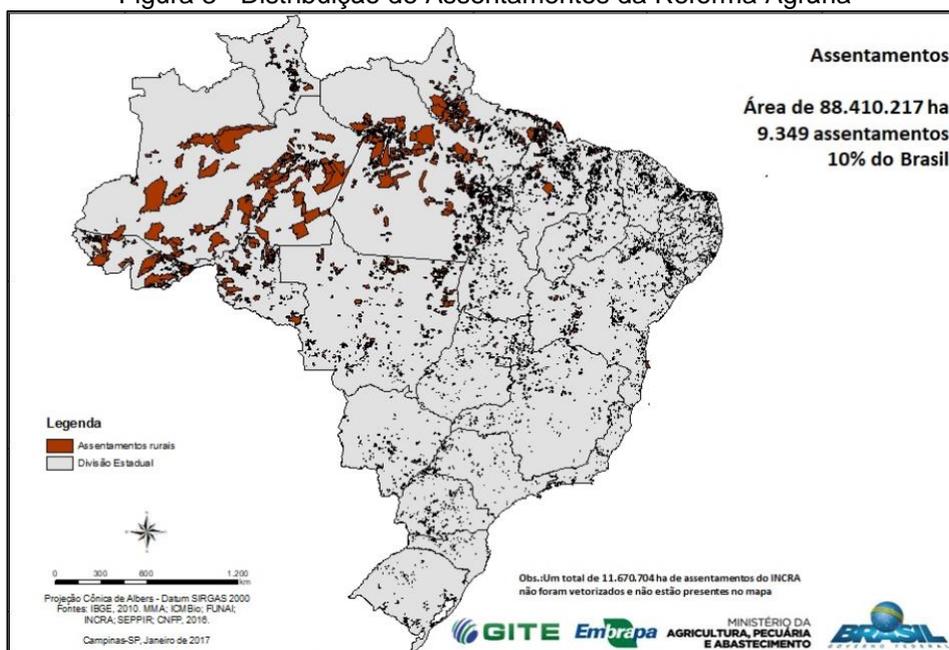
Gráfico 1 – Evolução das Famílias Homologadas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do INCRA (2019).

Como demonstrado pelos dados acima, é notável a evolução do processo de homologação de famílias nos assentamentos rurais no período compreendido dos anos 1994 até 2017, tendo como auge de registros de homologação o ano de 2006, mostrando no período 136.358 famílias assentadas.

Figura 3 - Distribuição de Assentamentos da Reforma Agrária



Fonte: Embrapa (2017)

Adicionalmente, vemos que os assentamentos representam 9.349 propriedades, correspondendo a 10,4% do território nacional e 20,5% da área agrícola do país. Nesse contexto, se visualizamos sob perspectiva geográfica, se nota a representatividade e distribuição heterogênea desse modelo agrícola ao longo do território brasileiro, ocupando em sua totalidade 88.410.217 de hectares (EMBRAPA, 2017).

Levando em consideração o crescimento da representatividade do agronegócio à economia brasileira e mais especificamente ao contexto dos pequenos produtores rurais localizados em assentamentos, este que é o foco do estudo em questão, vemos que o incentivo à agricultura de pequeno porte traz benefícios para o contexto agrícola e dos agentes influenciados por ele. Como afirmado por Hazell *et al.* (2010), o crescimento agrícola que busca melhorar a produtividade das pequenas propriedades rurais contribui enormemente para a diminuição da pobreza e da fome, bem como o aumento dos padrões de vida no campo. Para isso, é necessário criar sistemas coordenados envolvendo combinações entre governo, sociedade civil, organizações agrícolas, e empresas voltadas ao agronegócio (HAZELL *et al.* 2010).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O capítulo apresentado a seguir possui como objetivo explanar sobre os métodos e técnicas utilizadas para a realização da pesquisa, a caracterização da organização estudada, bem como a designação dos instrumentos de pesquisa e os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Com o objetivo de identificar as práticas e os impactos gerados pela Economia Compartilhada (EC) aos pequenos produtores dos assentamentos rurais, a pesquisa em questão visou analisar, por meio de estudo de casos múltiplos, a realidade de dois assentamentos rurais presentes no Distrito Federal e em seu entorno. Para isso, foi realizado, primeiramente, uma revisão sistemática da literatura para mapear os

trabalhos anteriormente elaborados pela academia sobre economia compartilhada e agronegócio, servindo, conseqüentemente, como embasamento para a formulação do trabalho empírico. Os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas com membros das propriedades rurais e a observação das práticas de economia compartilhada realizadas.

Tendo como objetivo atualizar o leitor e o pesquisador sobre a literatura corrente de um determinado tópico de estudo, a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) utiliza uma abordagem bem definida e rigorosa para responder questionamentos específicos (CRONIN *et al.* 2008). Para tal, o modelo em questão utiliza-se de uma metodologia confiável, rigorosa e que pode ser auditada futuramente (LIRA; TEDESCO, 2015).

Vale ressaltar que a RSL realizada se caracterizou por possuir uma amplitude maior de pesquisa se comparada ao tema anteriormente definido, para melhor associar a “Economia Compartilhada” com “Assentamentos Rurais”, visto que a conexão entre esses dois assuntos apresenta escassez de trabalhos científicos. Para tanto, foi utilizado como recorte o horizonte de tempo de 2014 até julho de 2019, período de realização da RSL. Dessa maneira, buscou-se a identificação das práticas da economia compartilhada na agricultura, possibilitando, assim, verificar potenciais lacunas de pesquisa e direcionar futuros trabalhos.

Em relação a sua natureza, a pesquisa foi classificada como básica, visto que busca gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência sobre as práticas da economia compartilhada utilizadas nos assentamentos rurais contidos na realidade do agronegócio brasileiro, mais especificamente no Distrito Federal e região, sem a intervenção prática e a solução de um problema específico dos objetos estudados (SILVA; MENEZES, 2005).

Quanto à forma de abordagem do problema de pesquisa, podemos classificá-la como qualitativa e quantitativa, visto que utilizamos do ambiente natural como fonte de coleta de dados, avaliando a relação do indivíduo ou organização estudada com o contexto em que está inserida, e ainda foram traduzidos em números informações provenientes da teoria, utilizando-se recursos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005).

Do ponto de vista das finalidades, a pesquisa foi classificada como exploratória, pois buscou trazer em destaque o tema da economia compartilhada e as conseqüências de sua aplicação no contexto do agronegócio, conteúdo relativamente

recente no âmbito acadêmico. Como evidenciado por Gil (1999), as pesquisas exploratórias visam proporcionar uma investigação mais ampla acerca de determinado assunto, sendo escolhida para temas ainda pouco pesquisados pela comunidade científica.

Em relação aos procedimentos técnicos, além da RSL já mencionada, foi realizado o estudo de casos múltiplos, em virtude de sua característica de analisar com maior profundidade a realidade de dois assentamentos rurais que utilizam práticas de economia compartilhada, identificando os impactos destas para seus resultados organizacionais. Esse método de pesquisa auxiliou na compreensão do fenômeno na perspectiva individual, organizacional, social e política, permitindo a preservação de elementos holísticos e relevantes da realidade estudada, possibilitando, enfim, avaliar se os resultados obtidos são semelhantes ou são contrastantes (YIN, 2001).

Como instrumento para coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, visto que possibilita o contato direto com os responsáveis da propriedade rural estudada, coletando as informações necessárias sobre o impacto das práticas de economia compartilhada utilizadas e que, posteriormente, possibilitaram a análise dos resultados.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

Tendo como objetivo contextualizar as organizações estudadas na presente pesquisa, a sessão explana sobre as principais características das propriedades rurais, evidenciando sua extensão, localização, bem como aspectos produtivos identificados durante a realização das visitas à campo.

Como forma de organização e georreferenciamento, os imóveis rurais credenciados no órgão responsável, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, são subdivididos seguindo o modelo de superintendências regionais, compreendendo no total trinta e uma superintendências. Para maior exatidão junto aos objetos de estudo deste trabalho, o foco concentra-se na localidade “SR 28”, que compreende as regiões do Distrito Federal e Entorno.

O território em questão compreende uma área de 531.797,15 hectares (ha), com um número total de 12.643 famílias e 206 assentamentos rurais registrados, segundo dados atualizados até a data de trinta e um de dezembro de 2017 (INCRA, 2019).

O primeiro assentamento estudado localiza-se no município de Unaí/MG, região esta que concentra trinta e quatro assentamentos rurais e abrange um total de oitenta famílias, distribuídas ao longo de 1.197 hectares. Ademais, a localidade em questão apresenta característica produtiva focada na agropecuária de subsistência, voltando-se principalmente para a avicultura, suinocultura e a pecuária leiteira (ALVES, 2015).

A segunda comunidade estudada localiza-se na Região Administrativa (RA) de São Sebastião no Distrito Federal, concentrando em sua área um total de cinquenta e quatro famílias distribuídas ao longo de 480 hectares. O assentamento focaliza sua produção em hortaliças, frutas e produtos derivados da avicultura e da pecuária leiteira.

3.3 População e amostra

Levando em consideração o objetivo de identificar quais práticas da economia compartilhada têm sido adotadas por assentamentos rurais no Distrito Federal e entorno, foi definido como local de pesquisa dois assentamentos localizados no município de Unaí/MG e na Região Administrativa de São Sebastião - DF, definidas principalmente por utilizar mão de obra familiar como fator integrante de sua cadeia produtiva.

Como evidenciado por Yin (2001), a teoria nos mostra proposições e circunstâncias que as validam e, para confirmá-las, deve-se testá-las, questioná-las e estendê-las por meio de um caso único. Dessa maneira, as organizações em questão foram escolhidas tendo como base as proposições teóricas sobre Economia Compartilhada, evidenciando práticas que podem ser adotadas em um contexto organizacional.

Nesse sentido, definiu-se o método de estudo de casos múltiplos, no qual busca-se testar uma teoria anteriormente formulada, verificando, na pesquisa em questão, se as proposições acerca dos estudos da Economia Circular e, mais especificamente, da Economia Compartilhada podem ser aplicadas e adaptadas à realidade de organizações voltadas ao agronegócio de pequeno porte e que utilizam mão de obra familiar.

Finalmente, para definição da organização de estudo foi levado em consideração o critério de acessibilidade e conveniência, visto que os assentamentos rurais nos quais a pesquisa foi conduzida, apresentaram abertura na concessão de dados e informações sobre suas atividades, bem como disponibilidade dos responsáveis para a realização de entrevistas.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Para obtenção dos dados foi selecionado como instrumento de pesquisa o roteiro de entrevista semiestruturado, ou seja, com perguntas e questionamentos anteriormente formulados, buscando-se obter informações dos entrevistados sobre determinado assunto ou problema (SILVA; MENEZES, 2005).

Buscou-se na pesquisa verificar as práticas de economia compartilhada utilizadas no ambiente agrícola, e a realização de entrevistas semiestruturadas apresentam-se como forma de levantamento formal de informações. A construção do roteiro de entrevista foi formulada tendo como base práticas de compartilhamento que já vem sendo adotadas em outras organizações, sendo essas não necessariamente participantes do setor agrícola, e em organizações atuantes nesse setor.

Para tal, selecionou-se a teoria pré-existente sobre economia compartilhada e suas práticas adotadas no ambiente organizacional, por meio da realização de uma revisão narrativa da literatura. Adicionalmente, utilizaram-se as informações sobre as práticas de Economia Compartilhada na Agricultura obtidas na Revisão Sistemática da Literatura para embasar a formulação das perguntas dos questionários.

Posteriormente, com as obras selecionadas, verificaram-se os métodos utilizados nas pesquisas, identificando aquelas que se utilizaram da entrevista ou

questionários para o levantamento de informações. Finalmente, adaptaram-se os modelos utilizados anteriormente pela comunidade acadêmica ao contexto dos assentamentos rurais para a formulação dos questionamentos e perguntas, fazendo as devidas referências aos autores e às suas obras.

A elaboração dos questionamentos sobre as práticas da economia compartilhada e os impactos na sua adoção na propriedade rural estudada teve como base a obra de Hu *et al.* (2019), na qual explana ações que exemplificam a EC no contexto organizacional relacionando-as à perspectiva da gestão da cadeia de suprimentos, e as obras selecionadas após a realização da Revisão Sistemática da Literatura. As práticas evidenciadas nas obras foram adaptadas levando em consideração a realidade do assentamento rural estudado.

Com o objetivo de validar as perguntas formuladas e identificar potenciais melhorias no documento, não gerando interpretações ambíguas, foi realizado um pré-teste junto aos entrevistados do assentamento rural pesquisado. Proporcionou-se, assim, a mitigação de potenciais erros e questionamentos de carácter tendencioso, que pudessem influenciar o entendimento das perguntas e, conseqüentemente, a elaboração das futuras respostas.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

3.5.1 Revisão Sistemática da Literatura

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) auxilia na identificação de lacunas de pesquisa sobre determinado assunto frente a um horizonte de tempo previamente definido, contribuindo, conseqüentemente, para o direcionamento de futuros trabalhos ou embasamento de pesquisas que estão sendo realizadas. Para sua realização é necessário utilizar-se de processos estruturados, possibilitando sua replicação no futuro, caso assim seja desejado.

Na pesquisa em questão, a revisão da literatura teve como base o protocolo elaborado por Cronin *et al.* (2008), no qual subdivide o processo de Revisão da Literatura nas seguintes etapas: seleção da questão de pesquisa, busca da literatura, seleção, leitura e análise da literatura e apresentação de seus resultados juntamente com suas conclusões. Como critério para escolha do protocolo de pesquisa levou-se

em consideração sua simplicidade na execução, bem como convergência ao contexto da pesquisa.

Considerando o protocolo, foi formulada a questão de pesquisa abrangida na revisão sistemática, sendo esta “Quais as práticas de economia compartilhada são utilizadas na agricultura?”. O tema aqui apresentado é visto como destoante da pesquisa geral, por se ter como objetivo ampliar o horizonte da associação dos assuntos de Economia Compartilhada e de Agronegócio, razões estas já evidenciadas anteriormente no presente trabalho.

Em seguida, delinear-se os critérios para inclusão e exclusão da literatura vigente sobre o tema mencionado. Os critérios selecionados foram: o período de publicação, palavras-chave, as bases de livre acesso para busca e operadores booleanos.

Referente ao período de publicação selecionou-se o conjunto das obras entre os períodos de 2014 e julho de 2019, visto que a teoria acerca da economia compartilhada tornou-se latente a partir de períodos mais recentes, e sua definição ainda é vista como impasse junto à comunidade acadêmica (ACQUIER *et al.* 2017). Vale ressaltar que a escolha e filtragem das obras foi realizada no mês de julho de 2019, evidenciando que trabalhos publicados posteriormente nas bases de pesquisa indicadas não integram a estrutura analítica do trabalho.

Para avaliação da qualidade das obras filtradas durante a Revisão Sistemática da Literatura, foi utilizada a Plataforma Sucupira, disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Vale ressaltar que a classificação dos artigos quanto ao qualis não foi utilizada como critério para exclusão dos trabalhos no momento da seleção da literatura, somente como fator de avaliação da qualidade no momento da análise dos resultados.

Em relação as palavras-chave selecionadas, utilizadas como guias na busca por obras, foram escolhidos os termos *Sharing Economy* e *Agriculture* utilizados entre aspas, tendo em vista o objetivo de coleta do material mais recente na literatura estrangeira.

No tocante às bases científicas para busca da literatura que auxiliaram no embasamento do trabalho, foram selecionados a *Science Direct*, *Emerald Journals* e *Sage*. O primeiro foi selecionado pela sua abrangência como ferramenta de pesquisa e por facilitar a busca de referencial por área de conhecimento. As demais bases foram selecionadas pelo acesso amplo proporcionado pela infraestrutura digital da

Universidade de Brasília, além de sua relevância como bases de pesquisa. Finalmente, o operador *booleano* selecionado para a realização do presente estudo foi *AND*, visto que se desejava relacionar o tema de economia compartilhada com agricultura. A tabela 1 apresenta um resumo de tudo que foi dito.

Tabela 1 - Protocolo da Revisão Sistemática

Etapas do Protocolo	Desenvolvimento
Formulação da Questão de Pesquisa	Quais as práticas de economia compartilhada são utilizadas na agricultura?
Critérios de Inclusão e Exclusão	Os critérios de inclusão e exclusão da literatura pautaram: no período de publicação de 5 anos (2014 até julho de 2019); palavras-chave em inglês <i>Sharing Economy</i> e <i>Agriculture</i> ; operadores booleanos: <i>AND</i> ; apenas artigos completos relacionados com o tema; base de dados internacionais <i>Science Direct</i> , <i>Emerald Journals</i> e <i>Sage</i> com obras na língua inglesa.
Seleção e Acesso à Literatura	As obras foram analisadas primeiramente levando em conta a leitura de seus resumos e a introdução, com intuito de avaliar a aderência com o tema pesquisado. Inicialmente foram encontrados 261 artigos nas plataformas de pesquisa mencionadas anteriormente.
Avaliação da Qualidade da Literatura	Utilizando os critérios anteriormente estabelecidos e seguindo o protocolo de Revisão Sistemática da Literatura, foram encontrados quinze (15) artigos com aderência ao assunto pesquisado, sendo onze (11) da plataforma <i>Science Direct</i> , três (3) da <i>Emerald Journals</i> e um (1) da <i>Sage</i> .
Análise e Síntese dos Resultados	O conteúdo dos artigos foi analisado e posteriormente os resultados encontrados foram sintetizados em formato de tabelas e gráficos, com o objetivo de facilitar a visualização e o cruzamento das informações coletadas.

Após apurar os trabalhos nas bases de pesquisa, esses foram transferidos diretamente para o software *Mendeley Desktop*, para que fossem lidos, catalogados e seus dados organizados, facilitando as análises futuras.

Com a devida seleção e catalogação dos dados presentes nos artigos, esses foram analisados com o objetivo de identificar as principais práticas de Economia Compartilhada no ambiente agrícola. Para esse fim, a técnica de análise escolhida foi a explanada por Bardin (1977), no qual é subdividida em três etapas principais: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira etapa buscou operacionalizar e sistematizar as hipóteses previamente estabelecidas, conduzindo, assim, o trabalho por meio de um esquema preciso de operações sucessivas, em um campo de análise, utilizando-se ou não um

ordenador (BARDIN,1977). Na pesquisa em questão, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2014 e julho de 2019, utilizando a leitura flutuante bem como as regras da exaustividade, da representatividade e da pertinência.

Posteriormente, seguiu-se para a fase de exploração do material, na qual é realizada, prioritariamente, operações de codificação, desconto ou enumeração, seguindo regras previamente estabelecidas (BARDIN, 1977). No contexto do presente trabalho, as regras utilizadas para a separação dos trabalhos foram suas bases de origem, a identificação do período de publicação, além do periódico em que foi publicado.

Finalmente, os resultados foram tratados e interpretados de forma que se tornem significativos e relevantes para a elaboração do trabalho e as futuras análises. Utilizou-se para a concretização dessa etapa o software *Microsoft Excel*, por meio do qual criou-se uma planilha para categorização das informações presentes nos artigos, tendo como principais informações coletadas a base de origem dos trabalhos, o periódico e ano de publicação, as palavras-chave, a localização em que a pesquisa foi realizada, bem como a metodologia de pesquisa. Adicionalmente, foram criados gráficos e tabelas com o objetivo de facilitar a interpretação das análises aqui formuladas.

3.5.2 Estudo de Caso

Utilizando as informações anteriormente coletadas e analisadas na Revisão Sistemática da Literatura, cujo objetivo foi identificar o estado da arte referentes às práticas da Economia Compartilhada na agricultura, a pesquisa em questão migrou para sua parte empírica, verificando como essas relações econômicas são realizadas no cotidiano dos assentamentos rurais selecionados.

Para a coleta dos dados utilizados nos Estudos de Caso, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas em dois assentamentos no mês de outubro de 2019 junto aos gestores das propriedades, nas quais foram questionadas quais práticas de Economia Compartilhada estariam presentes no seu contexto.

Como forma de controle e registro dos dados coletados das entrevistas, utilizou-se um guia de entrevista, contendo as principais práticas de Economia

Compartilhada na agricultura observadas nos artigos selecionados na etapa de revisão sistemática da literatura. Esse documento funcionou como forma de *checklist*, possibilitando que fossem registradas as práticas identificadas em campo e que estão em convergência com o estado da arte. Além disso, as entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados.

Adicionalmente, por meio do método da observação direta não participante, foram identificadas práticas de compartilhamento que se enquadram no objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

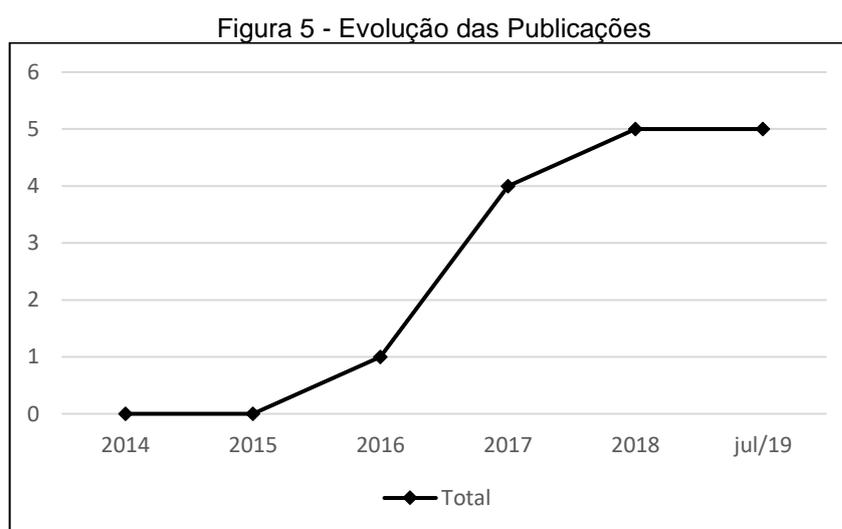
Na presente etapa são explanadas, primeiramente, as informações obtidas durante a execução da Revisão Sistemática da Literatura, cujos resultados concentram-se nas práticas de Economia Compartilhada utilizadas na agricultura segundo a teoria já produzida pela comunidade acadêmica. Em seguida e tendo como base as informações obtidas na Revisão da Literatura, são apresentados os resultados obtidos dos estudos de casos, nos quais possibilitaram aferir quais práticas de compartilhamento identificadas na teoria são realmente realizadas nas propriedades selecionadas.

4.1 Revisão Sistemática da Literatura

Realizada a devida separação, leitura e filtragem dos trabalhos sobre “Economia Compartilhada” associado ao tema do “Agronegócio”, foram elaboradas análises evidenciando, primeiramente, a frequência dos artigos selecionados em relação às bases de pesquisa. Em seguida, analisaram-se as palavras-chave contidas nas obras, a evolução de publicações ao longo do período e tema selecionado, e as localidades onde o assunto em questão é pesquisado.

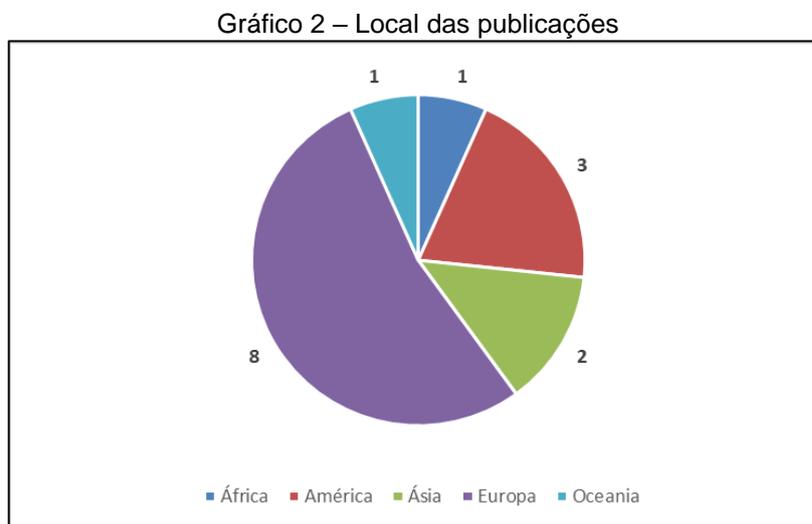
A partir dos trabalhos coletados para análise, podemos notar pela elaboração da nuvem de palavras, que os termos mais frequentes são: *food*, *sharing*, *cooperatives*, *community* e *agricultural*. Tais dados evidenciam e confirmam a aderência dos trabalhos coletados com o tema que se busca estudar. Ademais, vemos a aderência entre trabalhos relacionados ao estudo dos alimentos em relação às práticas de compartilhamento. Vale ressaltar a importância das cooperativas e da comunidade na teoria sobre economia compartilhada na agropecuária, visto que esses termos apresentam relevância ao analisarmos as palavras-chave dos artigos selecionados.

Para complementar a análise anterior, buscou-se analisar a evolução das publicações científicas, bem como o comportamento da comunidade científica na pesquisa sobre o tema, avaliando se houve aumento, estabilidade ou diminuição de trabalhos alinhados com a pesquisa aqui proposta.



Conforme os dados apresentados na Tabela 2, é possível verificar a quantidade de publicações nos respectivos anos estudados. Visualizando o gráfico anteriormente apresentado, é notável que os anos de 2018 e 2019 apresentam-se como aqueles com maiores resultados em pesquisas, totalizando cinco publicações, em cada um. Em contrapartida, nos anos iniciais considerados no horizonte de pesquisa, 2014 e 2015, não houve publicações relacionando os temas de economia compartilhada juntamente à agronegócio.

Adicionalmente, vemos que a quantidade de publicações sobre o tema de economia compartilhada relacionada ao agronegócio vem aumentando com o passar dos anos. Contudo, vemos como pesquisas sobre o tema são escassas.



Sobre a localidade onde os trabalhos foram publicados, podemos notar uma superioridade do continente europeu em relação aos demais, evidenciando a vanguarda europeia em estudar temas relacionados a modelos contrapostos à economia linear, bem como à prática agrícola utilizando a economia compartilhada.

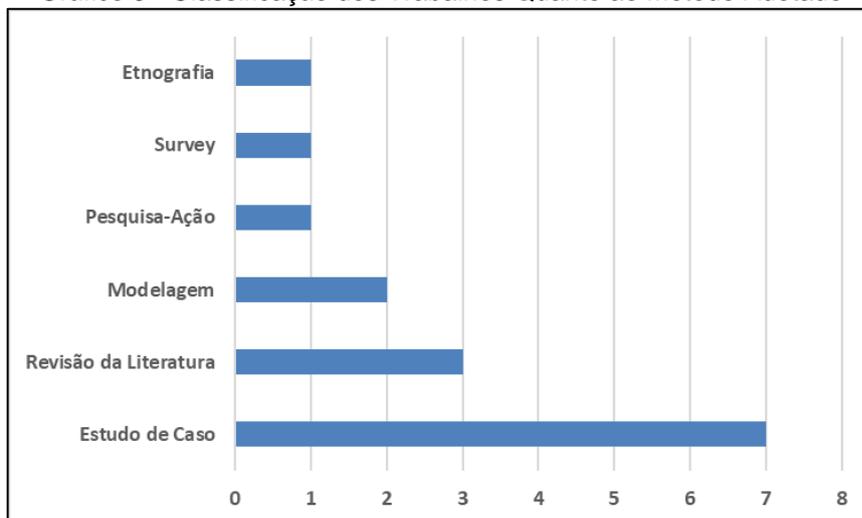
Tabela 3. Tipos de Pesquisa

Tipo de Pesquisa	Quantidade	Frequência
Qualitativa	11	73%
Misto	2	13%
Quantitativa	1	7%
Não informado	1	7%
Total	15	100%

Em relação ao tipo de pesquisa dos trabalhos selecionados, foi possível notar que as obras se caracterizam em sua maioria como do tipo qualitativa, possuindo uma frequência de 73% em relação as demais. Concomitantemente, os outros 27% estão distribuídos de forma uniforme entre os tipos de pesquisa mista, quantitativa ou não informado no texto pelo autor.

A partir dos dados, notamos que as pesquisas acerca do tema economia compartilhada e agronegócio se caracterizam principalmente de forma qualitativa, carecendo de pesquisas estatísticas e matemáticas sobre o tema para melhor aprofundamento estatístico.

Gráfico 3 - Classificação dos Trabalhos Quanto ao Método Adotado



Posteriormente à categorização dos trabalhos selecionados quanto ao tipo de pesquisa, foi realizada a classificação quanto ao método utilizado. A partir dos dados evidenciados no Gráfico 3, podemos notar uma regularidade maior naqueles trabalhos que se utilizaram do estudo de caso para a formulação da pesquisa, possuindo em sua totalidade sete (7) obras que possuem esse modo de investigação. A Revisão da Literatura aparece como método utilizado nas pesquisas de economia compartilhada relacionada com agricultura, possuindo em sua totalidade três (3) trabalhos que se utilizam desse método para sua formulação. Completando, encontrados 2 trabalhos que utilizaram modelagem, 1 de pesquisa-ação, 1 survey, e 1 pesquisa etnográfica.

A partir dos dados apresentados, vemos que o estudo de caso evidencia-se como método principal utilizado nas pesquisas que buscam estudar a relação entre a economia compartilhada e a agricultura, o que pode nos sugerir que as investigações estão concentradas em contextos isolados, podendo não haver um mapeamento conjuntural e sistêmico do uso da economia compartilhada na agricultura em nível nacional ou macrorregional.

Tabela 4. Práticas de Economia Compartilhada Identificadas

Prática de Economia Compartilhada	Quantidade	Frequência
Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos	7	18%
Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos	6	16%
Financiamento Coletivo	5	13%
Compartilhamento de Insumos Agrícolas	3	8%
Compartilhamento de Alimentos	3	8%
Compartilhamento de Local de Trabalho	3	8%
Compartilhamento de Ponto de Venda	2	5%
Compartilhamento de Materiais e Ferramentas	2	5%
Compartilhamento de Instalações	2	5%
Compartilhamento Habitacional	1	3%
Compartilhamento de Energia	1	3%
Compartilhamento de Responsabilidades	1	3%
Sistema de Distribuição Compartilhado	1	3%
Compartilhamento de Animais	1	3%
Total	38	100%

A tabela 4 apresenta as práticas de Economia Compartilhada encontradas nos trabalhos e suas respectivas frequências. O procedimento realizado para a elaboração das categorias supracitadas foi constituído na leitura prévia dos artigos selecionados, identificando, assim, as atividades de compartilhamento citadas em cada uma das obras. Seguidamente, as informações extraídas dos artigos foram compiladas em uma planilha no software *Microsoft Excel*, onde puderam ser comparadas. Nessa etapa, foram identificadas as práticas que possuíam semelhanças, criando, a partir desse ponto, termos que resumissem as atividades de economia compartilhada, o que facilitaria as futuras análises.

Posteriormente, foram criadas categorias com os termos para possibilitar sua separação e padronização. Nesse sentido, foram criadas 14 práticas. Os termos que representam essas práticas foram contados e identificados a frequência em que apareciam em cada um dos artigos, podendo aparecer mais de uma prática em cada artigo.

A práticas de economia compartilhada que se destaca foi o “Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos”, com frequência de dezoito por cento em relação aos demais. Sendo seguindo do “Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos” e o “Financiamento Coletivo, respectivamente.

Vale ressaltar, que o resultado do número de práticas encontradas supera o número de artigos selecionados. Essa realidade se deve ao fato de que alguns

estudos citam em seu conteúdo mais de uma prática de economia compartilhada, o que pode ser visualizado com maior detalhes a seguir no Quadro 1.

Quadro 1 - Relação das Publicações e Práticas de EC na Agricultura

Autor	Título do Artigo	Periódico e Qualis	Objetivo do Estudo	Práticas Identificadas
Gollnhofer (2016)	<i>The Legitimation of a Sustainable Practice Through Dialectical Adaptation in the Marketplace</i>	Journal of Public Policy & Marketing (A1)	Evidenciar como a prática do consumo sustentável ganhou legitimidade através de um processo de adaptação de práticas e pontos de venda.	1. Compartilhamento de Alimentos.
Levkoe et al. (2017)	<i>Fish as food': Exploring a food sovereignty approach to small-scale fisheries</i>	Marine Policy (A1)	Explorar a conceitualização de peixe como alimento, que apoia uma mudança a uma abordagem mais baseada em sistemas para o envolvimento com a pesca.	1. Compartilhamento de Ponto de Venda; 2. Compartilhamento de Responsabilidades
Fonte; Cucco (2017)	<i>Cooperatives and alternative food networks in Italy. The long road towards a social economy in agriculture</i>	Journal of Rural Studies (A1)	Analisar as tensões e os pontos de vista sobre a evolução do cooperativismo rural na Itália.	1. Compartilhamento de Energia; 2. Compartilhamento de Ponto de Venda.
Raungpaka; Savetpanuvong (2017)	<i>Information orientation of small-scale farmers' community enterprises in Northern Thailand</i>	Kasetsart Journal of Social Sciences (A1)	Explorar o desempenho da comunidade de pequenos produtores rurais baseado nas suas capacidades de Tecnologia da Informação	1. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos
Pottinger (2018)	<i>Growing, guarding and generous exchange in an analogue sharing economy</i>	Geoforum (A1)	Situar as práticas da economia de sementes e suas práticas de compartilhamento.	1. Compartilhamento de Insumos Agrícolas
Cancino-Espinoza et al. (2018)	<i>Organic quinoa (Chenopodium quinoa L.) production in Peru: Environmental hotspots and food security considerations using Life Cycle Assessment</i>	Science of the Total Environment (A1)	Analisar os impactos ambientais que estão relacionados com a produção e distribuição da <i>quinoa</i> através da metodologia LCA.	1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos; 2. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos.
Eckhardt et al. (2018)	<i>MaaS in rural areas - case Finland</i>	Research in Transportation Business and	Apresentar as características das áreas rurais, nas quais serão implantadas um projeto de mobilidade rural pelo governo finlandês.	1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos.

		Management (A1)		
D'Ambrosi (2018)	<i>Pilot study on food sharing and social media in Italy</i>	British Food Journal (A2)	Avaliar as atitudes do consumidor relacionadas às práticas de compartilhamento de alimentos e acessar tecnologias que promovam maior responsabilidade de consumo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Alimentos; 2. Financiamento Coletivo; 3. Compartilhamento Habitacional; 4. Compartilhamento de Instalações; 5. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos; 6. Compartilhamento de Local de Trabalho
Williams (2018)	<i>Women in rural South Africa: a post-wage existence and the role of the state</i>	Equality, Diversity and Inclusion (B1)	Considerar e analisar o trabalho realizado pelas mulheres habitantes de uma província da África do Sul.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Insumos Agrícolas; 2. Financiamento Coletivo; 3. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos.
Arvidsson (2018)	<i>Value and virtue in the sharing economy</i>	Sociological Review (A2)	Explicar e evidenciar que a economia compartilhada pode ser entendida como um elo de produção de indivíduos que se utilizam de uma ferramenta de compartilhamento comum para acessar o mercado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Local de Trabalho
Loh; Agyeman (2019)	<i>Urban food sharing and the emerging Boston food solidarity economy</i>	Geoforum (A1)	Oferecer uma análise crítica do potencial de transformação do cultivo de alimentos por meio da economia solidária.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Materiais e Ferramentas; 2. Compartilhamento de Instalações; 3. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos; 4. Compartilhamento de Local de Trabalho.
Sengupta et al. (2019)	<i>Sharing app for farm mechanization: Gold Farm's digitized access based solution for financially constrained farmers</i>	Computers in Industry (A2)	Propor como solução digital baseada no acesso auxilia na superação de barreiras financeiras de produtores rurais no acesso à equipamentos rurais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos;
Gugerell et al. (2019)	<i>What are participants of cow sharing arrangements actually sharing? A property rights analysis on cow</i>	Land Use Policy (A1)	Mapear e comparar práticas de compartilhamento de <i>cow sharing</i> na Região dos Alpes Europeus	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Animais; 2. Compartilhamento de Alimentos; 3. Financiamento Coletivo

	<i>sharing arrangements in the European Alps</i>			
Asian <i>et al.</i> (2019)	<i>Sharing economy in organic food supply chains: A pathway to sustainable development</i>	International Journal of Production Economics (A1)	Investigar o âmbito da economia compartilhada em possibilitar pequenos produtores rurais em superar suas limitações por meio do compartilhamento de recursos através de uma plataforma cooperativa.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Financiamento Coletivo; 2. Compartilhamento de Materiais e Ferramentas; 3. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos; 4. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos; 5. Sistema de Distribuição Compartilhado;
Schröder <i>et al.</i> (2019)	<i>Advancing sustainable consumption and production in cities - A transdisciplinary research and stakeholder engagement framework to address consumption-based emissions and impacts</i>	Journal of Cleaner Production (A1)	Introduzir uma perspectiva analítica e uma estrutura em como os problemas produtivos e de consumo podem ser incluídos no discurso de cidades sustentáveis.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos.

O Quadro 1 teve por objetivo complementar a Tabela 4, evidenciando de forma mais detalhada os autores, suas obras e as práticas que nelas são explanadas. É possível notar que os periódicos de publicação não apresentam uniformidade, mostrando, assim, que não há uma concentração de obras a respeito do tema de economia compartilhada na agricultura em nenhum *journal*.

De acordo com os trabalhos selecionados podemos notar uma variedade de temas sobre economia compartilhada no ambiente agrícola, de acordo com a realidade estudada por cada autor. Para melhor entendimento do conteúdo explanado, evidencia-se os pontos de vista e os resultados presentes em cada uma das obras selecionadas na RSL.

Seguindo uma ordem cronológica pelo período de publicação, Gollnhofer (2016) busca mostrar a influência dos consumidores para a diminuição do desperdício de alimentos de forma prática, analisando sistematicamente iniciativas de compartilhamento de alimentos, chamadas comumente na literatura estrangeira de *foodsharing*, além de evidenciar estratégias para a legitimação dessa prática em relação à diversos entes da sociedade.

A autora afirma que agentes de mercado, elaboradores de políticas e consumidores buscam de forma paralela a sustentabilidade e, para que práticas como o compartilhamento de alimentos emergjam e sejam legitimadas, é necessário que os objetivos dos entes da sociedade sejam congruentes, visto que, seguindo o mesmo caminho, varejistas consumidores e agentes regulatórios estão aptos a negociar e adaptar as práticas sustentáveis e as estruturas de mercado.

Adicionalmente, Gollnhofer (2016) nos mostra no presente estudo que as estruturas de mercado tem papel crucial no desenvolvimento, na promoção e na legitimação de práticas sustentáveis perante o mercado. Concomitantemente, como evidenciado na pesquisa, os consumidores ativistas possuem papel crucial também na legitimação das práticas sustentáveis aplicadas pelo mercado.

Seguidamente, em relação ao trabalho realizado por Levkoe *et al.* (2017), os presentes autores buscaram conceitualizar a pesca como alimento propriamente dito, retirando a ideia de recurso ou commodities. Para tal, foram identificadas as oportunidades e limitações associadas à soberania alimentar na realidade dos pescadores de pequeno porte.

Primeiramente, os autores argumentam historicamente que políticas neoliberais aplicadas à pesca limitaram a representatividade das comunidades indígenas e dos pequenos pescadores que se utilizavam de práticas tradicionais e em consonância com a natureza. Contudo, tais políticas pautadas na pesca industrial sofreram várias críticas, modificando gradualmente a gestão pesqueira para uma perspectiva social e ambientalmente correta (LEVKOE *et al.*, 2017).

Com o objetivo de mudar a ideia da pesca como *comodities* e trazê-la para ótica de alimento, os autores defendem em sua obra que políticas centradas na sociedade, a integração de conhecimentos, o respeito a natureza e aos ecossistemas, o empoderamento das comunidades indígenas e a rejeição de práticas neoliberais devem ser realizadas. Adicionalmente, Levkoe *et al.* (2017) afirmam que ao realizar tais práticas, desenvolvem a soberania alimentar, bem como o estímulo a alianças entre os pescadores de pequeno porte com sistemas alimentares sustentáveis e ativistas para a promoção de iniciativas colaborativas com foco na pesca de pequeno porte.

Em contrapartida aos trabalhos anteriormente descritos, Fonte e Cucco (2017) discutem na presente pesquisa a evolução do sistema cooperativas agrícolas na conjuntura italiana no decorrer do século 20, evidenciando o papel produtivista e

pautado no mercado competitivo dessas instituições pós Segunda Guerra Mundial e sua mudança para um sistema focado na economia colaborativa, orientada para a agricultura social, redes alternativas de alimentos e iniciativas comunitárias, a partir de meados da década de 1990.

Como resultados da pesquisa junto à literatura sobre o tema, os autores explanam que iniciativas da economia social foram integradas ao movimento cooperativista, através do estabelecimento de cooperativas sociais e de sua inclusão nas federações nacionais do ramo. Adicionalmente, evidencia-se a função social das cooperativas na Itália por meio da cooperação social e da agricultura cívica, pautadas em redes alternativas de alimentos e iniciativas orientadas à comunidade (FONTE; CUCCO, 2017).

Contudo, Fonte; Cucco (2017) nos mostram que esse processo não ocorreu de forma linear e sem entraves. A mudança de paradigma das cooperativas abriu espaço para corrupção e a perpetuação da dualidade entre as instituições que pregam a agricultura comercial exportadora com as de pequeno porte.

Mesmo possuindo entraves para a plena cooperação no sistema cooperativista italiano, para o autor, a agricultura social, a agricultura cívica e o consumo consciente apresentam-se como movimento primordial para uma maior integração social e econômica (FONTE; CUCCO, 2017).

Em relação à obra apresentada por Raungpaka e Savetpanuvong (2017), os autores argumentam que pequenos produtores rurais que possuem capital produtivo utilizam ineficientemente informações para a condução de seus negócios e a tomada de decisão, gerando assimetria em relação aos demais produtores.

Para a realização da pesquisa, os autores buscaram identificar as limitações da tecnologia da informação utilizadas para o desenvolvimento rural no contexto tailandês, investigando o desempenho das organizações comunitárias das propriedades rurais de pequeno porte sob a perspectiva infraestrutura de TI. (RAUNGPAKA; SAVETPANUVONG, 2017).

Como resultados, os pesquisadores nos mostram que os pequenos produtores rurais possuem um nível informacional deficitário, práticas insuficientes de gerenciamento das informações. Nesse sentido, o autor defende que essa conjuntura possibilita o desenvolvimento da inteligência negocial; a detecção de informações relevantes; buscar respostas para a mudança no ambiente competitivo; o gerenciamento eficiente das informações; e compartilhar dados e conhecimentos

entre os membros da comunidade, elites locais, pesquisadores, e agentes governamentais sem impedimentos (RAUNGPAGA; SAVETPANUVONG, 2017).

Segundo Raungpaka; Savetpanuvong (2017), a adoção das práticas de gerenciamento das informações pelas comunidades rurais e a busca por tais resultados serão os fatores preponderantes para o desenvolvimento das áreas rurais da Tailândia.

Saindo da esfera tecnológica, Pottinger (2018) em seu estudo, busca mostrar que as práticas de compartilhamento de sementes no dia-a-dia de jardineiros e pequenos produtores no Reino Unido, enfatizando o caráter de conservação da biodiversidade e a renovação das iniciativas da troca de sementes. Nesse sentido, a autora afirma que práticas de compartilhamento são formas que materializam as relações econômicas mundanas, oferecendo oportunidades para o estímulo da diversidade econômica, bem como uma crítica à sistemas neoliberais de produção de alimentos e sementes.

Como resultados e discussão, Pottinger (2018) evidencia que a troca de sementes e a produção de jardim, assim chamado por ela, pode alavancar a diversidade econômica, comunidades de produtores e a cultura de trocas não monetárias. Adicionalmente, afirma-se que o compartilhamento é visto como uma relação de troca espontânea e não altruísta.

Dando prosseguimento às obras selecionadas no ano de 2018, vemos pelo trabalho de Cancino-Espinoza *et al.* (2018) um caso que se diferencia dos demais artigos selecionados na RSL. No caso em questão, os autores visam estudar o agrossistema da produção da Quinoa no contexto peruano, analisando os impactos ambientais que estão relacionados à produção e à logística da quinoa orgânica para exportação, através da aplicação da metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida do Produto.

Como resultados, nos é mostrado que a quinoa é um dos produtos agrícolas de origem orgânica que mais geram emissões de gases de efeito estufa ao longo de sua cadeia produtiva. Contudo, ao se comparar os dados com produtos de origem animal e que possuem um valor proteico similar à da quinoa, esta impacta de mínima o ambiente (CANCINO-ESPINOZA *et al.*, 2018).

Simulando o comportamento de consumo da população peruana pela substituição da proteína de origem animal pela quinoa, cada indivíduo deixaria de gerar 31 quilogramas de gás carbônico por ano em sua dieta. Além disso, do ponto

de vista organizacional, tal produto estudado pelos autores ainda apresenta um retorno energético sobre o investimento maior se comparado com os demais produtos ricos em proteína (CANCINO-ESPINOZA *et al.*, 2018).

No artigo proposto por Eckhardt *et al.* (2018), os autores trazem à tona o tema de mobilidade urbana para o ambiente rural da Finlândia, nos apresentando o projeto governamental de iniciativa de serviços de transporte MaaS. No presente trabalho, é exposta a análise SWOT e os desafios da mobilidade rural, bem como os objetivos a serem alcançados. Finalmente, são sugeridas melhorias para a mobilidade rural, sendo estas abrangendo os temas de colaboração, prestação de serviços, planejamento e tomada de decisão, informações e tecnologia.

Como principais desafios, os autores nos mostram que a mobilidade rural no contexto estudado carece de investimentos e recursos, o que possibilita a geração de incompetência e inflexibilidade no âmbito contratual. Além disso, é evidenciada uma falta de colaboração entre os entes impactados pela iniciativa, como tomadores de decisão, legislação, entes econômicos (ECKHARDT *et al.*, 2018).

Para solucionar tais entraves, Eckhardt *et al.* (2018) sugerem que mudanças devem ser realizadas nos modelos operacionais dos transportes, requerendo uma colaboração e vontade conjunta para a aplicação de iniciativas de mobilidade rural. Nesse sentido, os diferentes stakeholders necessitam atuar de forma colaborativa, desde o nível negocial, passando pela iniciativa pública e da sociedade.

D'Ambrosi (2018), igualmente à Gollnhofer (2016), traz em seu estudo o compartilhamento de alimentos especificamente. Contudo, seu enfoque migra da influência dos consumidores para a legitimação do *foodsharing* para a avaliação das práticas e atitudes propriamente ditas, utilizadas pelos consumidores no compartilhamento de comida e como a tecnologia promove um consumo responsável.

A partir de uma pesquisa digital por meio de plataformas sociais, websites, que promovem conteúdos sobre o consumo responsável, foi notado que os consumidores, se comparado com anos anteriores, estão mais atentos às suas atitudes colaborativas de compra. Adicionalmente, é visto que as plataformas colaborativas ainda são escassas e pouco utilizadas, em virtude do pouco conhecimento sobre tais ferramentas, experiências ruins com aplicativos de compartilhamento de alimentos e o pouco desenvolvimento desse mercado (D'AMBROSI, 2018).

Seguidamente, é apresentado o trabalho realizado por Williams (2018), no qual busca-se avaliar as relações das mulheres com o ambiente rural para o desenvolvimento das vilas rurais localizadas na África do Sul, por meio de entrevistas com as mulheres das comunidades. Analisando o contexto em questão, foi descoberto que na região o governo é responsável pela concessão de subsídios sociais e agente central do desenvolvimento econômico, assumindo, assim, um papel paternalista com a comunidade.

Contudo, práticas e relações colaborativas, caracterizadas por não possuírem uma vertente capitalista, estão sendo aplicadas nas comunidades estudadas e meios de subsistência de sobrevivência estão possibilitando que as mulheres tenham um grau maior de independência, dignidade e autodeterminação (WILLIAMS, 2018).

Dando prosseguimento aos trabalhos selecionados, Arvidsson (2018) realiza um estudo sobre a evolução da terminologia da economia compartilhada, aferindo que o assunto em questão possui um cunho ideológico, aglomerando diversos fenômenos que possuem poucas semelhanças em comum. Nesse sentido, sugere-se que a economia compartilhada pode ser definida como uma produção conjunta, no qual os pares envolvidos no processo produtivo tentam alcançar o mercado de forma conjunta.

Oferecendo uma crítica construtiva sobre o potencial de transformação da produção de alimentos por meio da adoção de práticas provenientes da economia solidária vista como um movimento social, Loh e Agyeman (2019) afirma que práticas baseadas nesse modelo vem crescendo na cidade de Boston, Estados Unidos, principalmente em bairros de baixa renda e comunidades de cor, que persistem pelo controle do sistema alimentar e que se encontram a margem do mercado consumidor.

Levando em conta teorias e práticas sobre a economia solidária, os autores evidenciam as possibilidades de incentivo da economia além das limitações impostas por práticas capitalistas. Para tal, é necessária uma reforma dos sistemas alimentares pautados pelo neoliberalismo, bem como a reforma de suas instituições e políticas, além da estruturação de práticas fora do cunho capitalista (LOH; AGYEMAN, 2019).

Migrando para o contexto Indiano, Sengupta *et al.* (2019) discutem em sua obra que a mecanização do campo possibilita que diversos desafios de cunho social e econômico, como a migração do campo, baixa produtividade e pouca infraestrutura no meio rural, sejam superados. Contudo, contrações financeiras experimentadas por

produtores indianos impossibilitaram que os mesmos pudessem ter acesso aos ativos tecnológicos, diminuindo, assim, sua produtividade.

Para contornar tais impasses, a obra propõe e analisa uma solução tecnológica baseada na disponibilização de acesso à tecnologia, que possibilita ultrapassar as barreiras financeiras vivenciadas pelos produtores rurais indianos. Para validação da solução, documentou-se a experiência vivenciada no caso da empresa *Gold Farm*, que disponibiliza uma aplicação que incentiva a adoção do maquinário no campo pelos produtores rurais da região, por meio do acesso à equipamento à preços acessíveis (SENGUPTA *et al.*, 2019).

Como benefícios financeiros foram constatados o aumento da produtividade e a redução dos custos produtivos em 15%. Do ponto de vista social, a plataforma auxiliou na geração de emprego e renda para a população, visto que mais operadores foram contratados para atuar na utilização do maquinário (SENGUPTA *et al.*, 2019).

Tendo como pilar central a definição de compartilhamento, como sendo a utilização de recursos ociosos e a mudança de pensamento sobre posse de bens para utilização dos mesmos por meio do livre acesso, Gugerell *et al.* (2019) afirmam que pouco tem-se estudado sobre práticas da economia compartilhada no ambiente rural. No presente trabalho, as autoras mapeiam e comparam as diferentes realidades do chamado *cow-sharing* na região dos Alpes Europeus, evidenciando que esta prática se enquadra no modelo de economia compartilhada.

Ao investigar 60 casos de compartilhamento de animais, Gugerell *et al.* (2019) discutem que a principal motivação dos produtores rurais para utilizarem práticas de compartilhamento são o marketing relacionado aos produtos de alta qualidade e o aumento da relação direta com turistas e consumidores.

Adicionalmente, evidencia-se dois modelos de *cow-sharing*. A relação chamada de “Uso Autorizado” pauta-se no gerenciamento compartilhado de recursos, cujos proprietários possuem direitos e obrigações sobre os ativos, além da exclusividade sobre os benefícios por eles gerados. Em relação ao segundo modelo, chamado de “Arranjos de Aglomeração com Foco na Retirada”, pauta-se no contato direto entre consumidor e produtor, por meio de uma plataforma tecnológica. Os consumidores usufruem dos benefícios gerados pelos ativos, a partir da aquisição de produtos derivados dos animais, o que ajuda na manutenção do negócio pelos produtores no futuro (GUGERELL *et al.*, 2019).

Tendo como motivação o aumento dos custos logísticos e operacionais, as áreas reduzidas para cultivo, e as barreiras mercadológicas que impactam substancialmente a competitividade dos produtores orgânicos em comparação com os produtores convencionais, Asian *et al.* (2019) investigam em seu estudo a capacidade da economia compartilhada em transpor as barreiras enfrentadas pelos pequenos produtores rurais de orgânicos.

Utilizando uma teoria dos jogos cooperativos e a modelagem, desenvolveu-se um algoritmo que busca auxiliar no planejamento, precificação e tomada de decisão por parte dos produtores rurais. Os resultados revelaram que, se a plataforma for desenvolvida e implementada de forma apropriada, é capaz de proporcionar ganhos financeiros em consonância com benefícios atrelados à sustentabilidade (ASIAN *et al.*, 2019).

Levando em consideração a premissa que os modelos do consumo e produção sustentável aplicados no ambiente necessitam do envolvimento de diferentes stakeholders, que não estão envolvidos normalmente nos processos de planejamento urbano, Schröder *et al.* (2019) apresentam um projeto transdisciplinar que busca o entendimento e o desenvolvimento de padrões e estilos de vida mais sustentáveis nas cidades.

O estudo apresentado combina a criação conjunta, a participação ativa nos processos de mudanças governamentais e institucionais, absorvendo conhecimento de iniciativas de comunidades pequenas, por meio do estudo empírico de 3 casos (SCHRÖDER *et al.*, 2019).

4.2 Resultados dos Estudos de Caso

Nessa seção serão apresentados os resultados dos estudos de casos realizados para a constituição da presente pesquisa. Para tal, utilizaram-se as práticas de economia compartilhadas identificadas na Revisão Sistemática da Literatura e entrevistas com os gestores de dois assentamentos rurais na região do Distrito Federal e Entorno, tendo estas o objetivo de evidenciar as práticas de economia compartilhada vistas na revisão da literatura e que são identificadas de forma prática nas duas localidades. Adicionalmente, levando em consideração o contexto dos entrevistados, são explanados os impactos dessas técnicas no dia-a-dia do assentamento rural.

Primeiramente, serão apresentados os dados da propriedade localizada em Unaí/MG, chamada para fins de descrição de “Assentamento 1”, demonstrando os resultados da realidade em questão e, seguidamente, serão apresentados aqueles coletados na propriedade localizada em São Sebastião/DF, chamada na pesquisa de “Assentamento 2”.

Finalmente, será apresentada uma comparação entre os dois assentamentos rurais, expondo as práticas e impactos proporcionados pela economia compartilhada no contexto agrícola, possibilitando uma investigação mais criteriosa sobre as ocorrências de tais práticas e avaliação se os impactos por elas gerados possuem caráter endêmico ou comum às duas propriedades rurais.

Quadro 2 - Práticas de EC Identificadas nos Assentamentos de acordo com RSL

Práticas de Economia Compartilhada	Ocorrência	
	Assentamento 1	Assentamento 2
1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos	X	X
2. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos	X	X
3. Financiamento Coletivo	X	X
4. Compartilhamento de Insumos Agrícolas	X	X
5. Compartilhamento de Alimentos	X	X
6. Compartilhamento Instalações/Local de Trabalho	-	X
7. Compartilhamento do Ponto de Venda	X	X
8. Compartilhamento Habitacional	-	-
9. Compartilhamento de Energia	X	X
10. Compartilhamento de Responsabilidades	X	-
11. Sistema de Distribuição Compartilhado	X	X
12. Compartilhamento de Animais	-	X
13. Compartilhamento de Informações	X	X

Levando em consideração as informações no presente Quadro 2, é possível verificar as práticas de economia compartilhada nos assentamentos rurais estudados em relação às práticas identificadas durante a realização da revisão sistemática da literatura (RSL). Em suma, as práticas apresentadas na teoria vão ao encontro do visualizado na prática, mantendo as especificidades de cada localidade de estudo.

Além disso, para efeitos práticos de análise, verificou-se que algumas iniciativas de compartilhamento anteriormente listadas na RSL, como materiais e

ferramentas, puderam ser inseridas nas análises de compartilhamentos de maquinário e equipamentos, em virtude das características semelhantes nos conceitos que os dois aspectos apresentavam e nos discursos das entrevistadas. O mesmo procedimento foi realizado para compartilhamento de instalações e local de trabalho. Vale observar que essas modificações foram feitas somente na apresentação e discussão dos resultados e estão evidenciadas no decorrer da pesquisa.

4.2.1 Maquinário e Equipamentos

A partir dos dados coletados nas entrevistas com as representantes dos assentamentos rurais e que foram apresentados no Quadro 2, mais especificamente sobre o compartilhamento de maquinário e equipamentos, salienta-se que ambos os assentamentos estudados realizam esse tipo de prática.

Outra característica identificada durante a análise das obras selecionadas na elaboração da RSL, foi o compartilhamento de equipamentos agrícolas manuais, os quais podem ser entendidos como aqueles que auxiliam o produtor rural no cultivo e sem a presença de uma característica de automação, como identificado no uso de maquinários. Essa prática é observada igualmente na realidade dos dois assentamentos estudados.

Quando se verifica o conteúdo explanado pela entrevistada do Assentamento 1, vemos que esse maquinário compreende principalmente aquele destinado à produção e o armazenamento da mesma: *“Aqui ‘nois’ tem um grupinho de cinco que é da família e a gente compartilha tudo. O trator é compartilhado, o maquinário de trabalho é tudo compartilhado, o tanque de leite é compartilhado... Até a motosserra é compartilhado. Fulano deu conta de comprar, vamo lá ajudar a pagar pra fazer isso pra pagar pra fazer aquilo, e todo mundo usa”*. Vale observar que a relação entre os assentando para o uso desse material caracteriza-se como familiar, evidenciando que aqueles que participam desse grupo usufruem do acesso e do uso daqueles aparelhos.

Adicionalmente, vemos que os equipamentos ficam localizados na residência de um dos membros da comunidade, sendo que estes possuem livre acesso a sua utilização de acordo com a sua necessidade, como explanado no depoimento da

entrevistada: *“O maquinário tudo é compartilhado. Fica tudo aqui na minha casa. Quando a pessoa quer fazer alguma coisa, vem pra cá.”*

Em relação aos equipamentos manuais, vemos que na primeira comunidade a prática de se compartilhar tais ferramentas entre os membros é presente pela fala da entrevistada: *As ferramentas de ‘fazeção’ de cerca também é tudo compartilhado. Até a ‘espichadeira’ de arame é compartilhado. Compra o grupo e um precisa usa e outro precisa usa. Tudo é compartilhado.”*

Ao se analisar as vantagens proporcionadas por esse tipo de prática de compartilhamento no ambiente rural, vemos que a teoria converge com a prática. O benefício do compartilhamento de equipamentos pode ser notado na fala da entrevistada do Assentamento 1: *“Pra arrumar a terra assim (sozinho), a gente não conseguiria, porque antigamente tinha aquela dificuldade de arrumar alguém pra vim arar terra, passava da época. Agora tendo aqui os material aqui, o maquinário, a gente consegue arrumar aqui na época certinha, num perde tanto tempo, né? Fica mais fácil a produção.”*

Nesse sentido, notamos que a prática de compartilhamento de equipamentos e máquinas agrícolas adquiridos e utilizados pela comunidade possibilita que os membros acessem tais recursos de forma ampla, não havendo despendido de capital financeiro na contratação de uma mão de obra externa e há uma otimização do tempo de cultivo e produção. Ademais, sob a ótica do acesso a recursos, a realidade do Assentamento 1 vai em acordo com Acquier *et al.* (2017), visto que a economia do acesso oferece o alcance barato e longo de serviços para consumidores de forma curta e ágil.

Ao analisarmos a questão da distribuição do uso do maquinário sob a perspectiva do Assentamento 2, nota-se que este também realiza tais práticas, contudo de maneira diferenciada se comparado com a primeira comunidade. No caso em questão, aponta-se que a relação entre os membros do assentamento não se restringe ao núcleo familiar, havendo relações financeiras entre os membros em troca da prestação de serviços, como relata a entrevistada: *“Tem um rapaz que mora aqui, ele é até ali do acampamento Tiradentes. Ele tem um trator e quando a gente precisa, a gente precisa de tantas horas, ele vem e faz, parcela pra gente e ele trabalha aqui com a gente, ajuda a gente muito com essa questão de arar a terra, gradear.”*

Tal discurso alinha-se com o explanado por Cancino-Espinoza *et al.* (2018), visto que a mecanização de áreas cultiváveis é viabilizado pelo aluguel de máquinas

por parte dos produtores rurais e por um tempo determinado, possibilitando a otimização de seus recursos.

Curiosamente, notamos também a presença de atividades caracterizadas como escambo na análise do segundo assentamento. Como evidenciado pela representante da comunidade, ferramentas manuais, quando não estão sendo utilizadas, são trocadas entre os membros por recursos necessários no momento, como animais e adubo, por exemplo.

Comparando as conjunturas estudadas, vemos que no primeiro assentamento aqui descrito a relação baseia-se no contato familiar, cujos membros usufruem de um mesmo maquinário, adquirido em conjunto, para a realização das atividades produtivas e de armazenamento de seus produtos. Em contrapartida, o assentamento 2 caracteriza-se pelo compartilhamento das máquinas por meio da contratação de um serviço, no qual possibilita que os assentados usufruam dos benefícios sem a necessidade de sua posse e o prestador de serviço tenha ganhos financeiros a partir de um recurso anteriormente ocioso.

4.2.2 Ponto de Venda

No que tange a comercialização da produção dos assentamentos e o acesso dos agricultores ao mercado, demonstrou-se que os produtores efetuam a venda de seus produtos de forma conjunta e comunitária, dividindo custos associados a essa atividade, bem como seus benefícios.

Pelo contato com o Assentamento 1, verifica-se que o modelo utilizado pela propriedade é pautado em reunir a produção dos membros da comunidade e comercializá-la em um mesmo ponto de venda, realizando, por consequência, a partilha dos dividendos gerados pela atividade em questão. Pela fala da entrevista podemos notar o funcionamento desse processo: “[...] até a ida na feira nossa é compartilhado [...]”. *“Igual por igual não (divisão do capital arrecadado com a venda). A gente vende, assim, o produto do meu irmão, eu levo, vendo e eu sei o que ele levou e vendeu, aí eu passo a parte dele pra ele do que ele vendeu. Eu já anoto o que ele levou pra vender, quantidade que vendeu, o que sobrou. Tudo assim anotado.”*

Essa forma possibilita também vantagens sobre pressões de custos associadas à atividade de comércio, como mostrado na fala da produtora: “Os *outros produtos que a gente faz, a gente vende na feira mesmo. A gente decide (onde vender) entre nois mesmo. A gente junta pra vender pra ficar mais barato até pra transporte, né?*”. Adicionalmente, a venda conjunta auxilia na diversificação dos produtos oferecidos aos consumidores, já que a produção dos alimentos possui um nível de padronização baixo entre as propriedades se comparado com uma agricultura de grande porte: “*Talvez um produto que um tenha o outro não tenha, já supre a necessidade. Fica mais fácil*”.

Analisando o contexto do segundo assentamento pesquisado vemos a repetição da prática do compartilhamento do ponto de venda entre os membros da segunda comunidade. Como apresentado pela fala da entrevistada vemos que os produtos são agrupados e vendidos em conjunto em feiras por membros do grupo: *Questão de comercializar, vai ter alguma coisa (evento ou feira), ‘quem tem o que?’ e o pessoal fala ‘eu tenho isso’ e a gente junta (os produtos) e uma pessoa só vai. Se eu não posso ir, uma outra pessoa vai, aí ele vai com o carro dele e leva os produtos.*”

Ademais, vemos que a diversificação dos produtos oferecidos aos clientes compradores evidencia-se como benefício predominante nesse modelo de comercialização nas comunidades de assentamentos rurais: “*Porque a gente não consegue produzir tudo, por mais que a gente queria a gente não consegue. A gente junta a hortaliça que é um ciclo rápido, com trinta e quarenta dias a gente já tá colhendo e indo pras feiras. É o tempo que as frutíferas vai crescendo, aí a gente produz desse sistema, porque ajuda na quantidade e volume de produto pro futuro também, né?*”

Como exemplificado por Levkoe *et al.* (2017) na realidade de sua pesquisa sobre piscicultura, mas que se utiliza de um modelo de comercialização semelhante às propriedades estudadas, há movimentos para redes alternativas de alimentos, como peixarias comunitárias e mercados diretos, o que possibilita que esses adquiram maiores preços pela mercadoria vendida e mantenham, assim, mais produtos para consumo próprio, reduzindo a pressão na atividade pesqueira.

Levando em consideração os casos apresentados, nota-se a convergência entre a pesquisa empírica e a teoria, visto que as vantagens associadas a esse tipo de modelo de venda traz benefícios para os produtores rurais, conectando diretamente consumidores e agricultores, sem a presença de intermediários, a

redução de custos associados a atividade de venda e a diversificação da oferta de alimentos para os consumidores finais.

4.2.3 Compartilhamento da Produção de Alimentos

Levando em consideração o significado de compartilhamento de alimentos apresentado por D'Ambrosi (2018) como a distribuição de alimentos excedentes entre membros de uma comunidade, mas também como uma forma mais justa e sustentável de consumo, com o objetivo de transformar a lógica da cadeia produtiva de alimentos, sua distribuição e consumo, vemos que nos dois casos estudados essa prática é realizada, contudo a sua operacionalização se diferencia ao analisar de forma mais minuciosa as duas realidades.

Ao se investigar o discurso do primeiro assentamento, verifica-se que a ótica de dividir a produção entre os membros de uma comunidade com o objetivo de otimizar o consumo e evitar potenciais desperdícios não se apresenta como preponderante, ficando atrás da motivação comercial dos produtos. Essa realidade é vista na fala da representante entrevistada: *“Cada um produz (alimentos) na sua casa. O que tem que fazer compartilhado a gente faz compartilhado. Quando for fazer a polpa (de frutas) a gente faz compartilhado. O leite cada um traz da sua casa e coloca no tanque, é a mesma coisa.”*

Adicionalmente, é nos apresentado pela fala anterior que a produção do Assentamento 1 é feita de forma individual nas propriedades e determinados produtos são feitos em conjunto, sendo que os membros usufruem dos seus benefícios futuramente na comercialização e consumo.

Em contrapartida, ao verificarmos as informações coletadas sobre o Assentamento 2, nota-se pelo fala da entrevistada que a motivação do compartilhamento de alimentos é diferente na comparação das duas propriedades: *“A gente produz com tanta dificuldade, com tanto trabalho e a gente vende barato? Aí um ou outro fala, ‘melhor do que perder’. Não é melhor vender barato do que perder? Então, assim, a gente vende barato mesmo nossos produtos. Vizinho vende barato, né? Às vezes a gente fica preocupado com a questão do trabalho, mas, quando a*

gente vai pensar que é prum vizinho ou prum amigo, as vezes a gente até dá (alimentos).”

É notável que o propósito da partilha de alimentos não se restringe somente ao ponto de vista comercial, expandindo para um contexto de auxílio da comunidade e de seus integrantes em caso de necessidade, possibilitando, a economia solidária e a justiça alimentar (LOH; AGYEMAN, 2019). A troca e a venda de alimentos entre as famílias assentadas é realizada, contudo de uma forma mais acessível se comparado com o mercado varejista, possibilitando a movimentação da economia local. As práticas relatadas ao estudar o caso estão em completo acordo com as características delimitadas na teoria estudada, haja vista que o *foodsharing* abrange o presenteio, a troca, a reciprocidade ou prática econômica, distributiva e social (D’AMBROSI 2018).

Nesse sentido vemos que o discurso do segundo assentamento aqui analisado mostra uma maior convergência com a definição apresentada anteriormente, tendo em vista a motivação em prol do coletivo apresentado pelo Assentamento 2 em relação às práticas de compartilhamento de alimentos, se distanciando da perspectiva errônea de filantropia comumente atribuída ao compartilhamento de alimentos.

4.2.4 Energia Elétrica

Fonte e Cucco (2017) afirmam em sua pesquisa que frequentemente, no meio rural, cooperativas comunitárias focam seus projetos em estruturas comunitárias de geração de energia renováveis, buscando, assim, soluções do ponto de vista ambiental, social e econômico para os problemas enfrentados pelos territórios marginalizados. Ao passo que as cooperativas agrícolas se apresentam como organizações que possuem como pilar central relações de mutualismo entre seus membros integrantes, podemos ver características comuns entre os assentamentos rurais e as cooperativas, levando em conta suas particularidades.

No contexto da utilização dos recursos energéticos, evidencia-se que o Assentamento 1 utiliza a mesma fonte energética e divide entre os seus membros os custos associados a ela, como mostrado na fala da entrevistada: *“A gente divide até a energia que a gente gasta também. Todo mundo paga junto.”* Tal realidade

comprova a relação de equidade entre os membros e o benefício do compartilhamento da energia utilizada.

Ao verificarmos o caso do segundo assentamento vemos que a mesma situação, membros distintos da comunidade assentada utilizando da mesma fonte de energia e dividindo custos atrelados a ela: *Quando dá um problema no transformador, por exemplo, esse transformador sou mais eu e três famílias que usa, então de vez em quando ele dá um problema, falta energia, um negócio lá cai. A gente tem pagar alguém pra vim arrumar. Ai a gente junta aqui, a gente que usa e paga pra arrumar.*”

4.2.5 Insumos Agrícolas

No quesito de insumos utilizados para a produção agrícola dos assentamentos estudados aponta-se que ambas as comunidades realizam a distribuição de tais materiais entre seus membros, possibilitando que estes fomentem de forma conjunta o cultivo dos alimentos.

Analisando o conteúdo explanado pela entrevista do primeiro caso, avalia-se que o compartilhamento de insumos pauta-se principalmente na distribuição de água e na forma de obtenção das sementes para plantio: *“A água também é compartilhada, porque é um poço que foi feito aqui mesmo na propriedade que divide com a família também, com todos do grupo.”*

No caso em questão, notamos que as sementes são adquiridas em conjunto pelos assentados, possibilitando que estes consigam vantagens em relação aos preços em virtude da quantidade comprada na cooperativa local, utilizando uma mesma cota. Seguidamente, as sementes são divididas entre a comunidade de acordo com a quantidade solicitada por cada um no registro de compra. Essa situação é verificada no discurso da entrevistada: *“As semente cada um compra a sua, mas também compra na cooperativa e utilizando a mesma cota na mesma compra. Só que a sua quantidade você que vai pagar, a quantidade do vizinho é ele que vai pagar, mas utiliza uma cota só pra todos. Pra ficar mais em conta.”*

Em convergência, no segundo assentamento analisado, é identificado que o insumo predominantemente compartilhado entre os membros são as sementes e mudas utilizadas para o cultivo local, como vemos na fala da representante: *“A gente*

tá sempre trocando essa questão de semente também. As vezes o que sobra de tomate, a gente pega semente daquele que sobrou, que às vezes eles fala 'ah, o que sobrou você pode dar pras galinhas', o que dá pra tirar as sementes a gente tira. E se é cebolinha a gente pega raiz pra plantar de novo, a gente tá sempre com semente." Em menor quantidade, a água e o adubo excedente também é distribuído entre o assentamento em caso de necessidade.

Adicionalmente, as compras de tais insumos também são realizadas de forma conjunta, tendo como diferença pontual o fornecedor e a forma utilizada para realizar os pedidos dos produtos anteriormente citados: *"Mudas de hortaliças e frutíferas, eu organizo o grupo (de Whattsapp), né? 'Ó, eu vou mandar a lista de mudas pro rapaz que fornece mudas aqui tal dia, se alguém for querer alguma coisa, manda no grupo pra mim mandar."*

Vale ressaltar na fala em questão a forma utilizada para a comunicação entre os membros e a organização dos pedidos para o fornecedor, que possui o auxílio de uma plataforma tecnológica de uso conjunto e simultâneo, facilitando a comunicação entre os membros e a operacionalização dos pedidos e de sua entrega aos assentados.

Fazendo um paralelo com a teoria coletada durante a realização da Revisão Sistemática da Literatura, evidencia-se que o principal insumo agrícola compartilhado são as sementes utilizadas no plantio. Nesse sentido, Pottinger (2018) argumenta que a economia de sementes está conectada com o cultivo agrícola, envolvendo o cultivo, seleção, colheita e armazenamento de sementes para troca com outros produtores e promover futuras gerações de plantas, o que pode ser verificado, mais especificamente, na realidade do Assentamento 2.

Adicionalmente, Williams (2018), levando em conta a apresentação de seu estudo, nos mostra que em outras localidades sementes que não estão sendo utilizadas, são compartilhadas com a comunidade para a produção de alimentos. Por esse ângulo, por possuir uma característica comunitária maior de compartilhamento de insumos ociosos, a conjuntura do Assentamento 2 alinha-se de com maior força com a teoria analisada se comparada ao do Assentamento 1.

As vantagens no compartilhamento de sementes não ficam restritas ao âmbito individual, expandindo para a comunidade que realiza esse tipo de prática, possibilitando o estímulo à diversidade das disposições econômicas, comunidades de produtores e culturas de trocas não monetárias (POTTINGER, 2018).

4.2.6 Compartilhamento de Instalações e Local de Trabalho

Levando em consideração o trabalho realizado pelos assentados, sua relação com as áreas de cultivo e a definição de *coworking* elaborada por D'Ambrosi (2018), que afirma que essa prática é entendida por um modelo de negócio, no qual há provisão de serviços envolvendo indivíduos trabalhando de forma isolada ou de forma colaborativa em espaços de trabalho compartilhados, avalia-se que práticas de compartilhamento de espaços de produção de alimentos podem ser consideradas no âmbito do local no qual realiza-se o trabalho colaborativo (*coworking*).

O primeiro assentamento estudado realiza a prática de compartilhamento de instalações no momento de produzir polpas derivadas das frutas cultivadas propriedades dos membros. Nesse caso, os membros se reúnem em um espaço comum de trabalho e utilizam maquinário comum para a produção das polpas de fruta, que depois é comercializado pelos próprios agricultores.

Para efeitos comparativos, o segundo assentamento também se enquadra no compartilhamento no local de trabalho. Isso é justificável pela análise do conteúdo da entrevistada no Assentamento 2, no qual evidencia que os membros realizam a produção de farinha de mandioca de forma colaborativa, utilizando para tal o espaço e as instalações de uma das integrantes do assentamento aqui apresentado.

Adicionalmente, o assentamento apresenta dois espaços comunitários, utilizados principalmente para a realização de reuniões do grupo, trabalhos coletivos e armazenamento de produtos e objetos utilizados para plantio, o que pode ser visualizado pela fala da entrevistada: *“Tem a área comunitária aqui em cima, onde tem esses galpões aqui. Um é área comunitária e outro que área comunitária lá embaixo. Mas a gente sempre faz reunião aqui no galpão. A gente usa eles pra fazer trabalho no coletivo mesmo.”*

A luz da teoria pesquisada, é notável que essas práticas não ficam restritas somente ao ambiente brasileiro. Por meio da pesquisa de Loh e Agyeman (2019), os autores nos mostram que nas regiões agrícolas urbanas na cidade de Boston, Estados Unidos da América, as comunidades adquiriram áreas coletivas, criando espaços de cultivos compartilhados e desenvolvendo instalações que podem ser usadas por empresas alimentícias locais. Outro exemplo apresentado é, na mesma localidade de estudo, o caso do uso da cozinha comunitária para o processamento de

tomates produzidos pelos agricultores locais e que são fornecidos pela comunidade local.

Após a apresentação das realidades dos assentamentos da presente pesquisa e dos casos evidenciados pela teoria, demonstrou-se que as instalações, sob a ótica de ativos imobilizados, podem ser compartilhados por membros de uma comunidade agrícola, promovendo o trabalho colaborativo entre os indivíduos e fomentando a produção de alimentos localmente, mantendo, obviamente, as especificidades de cada conjuntura.

4.2.7 Informações e Comunicação

Classificando a comunicação e a informações como recursos intangíveis de uma organização ou comunidade e avaliando tais aspectos nos assentamentos estudados, nota-se que essas práticas são feitas de forma rudimentar, utilizando no máximo ferramentas de aplicativos de conversa por telefone, onde são compartilhadas notícias e avisos de interesse dos membros.

No contexto do Assentamento 1, é possível notar que a troca de informações e a tomada de decisão é feita de forma conjunta em conversas informais dos membros em suas residências: *“A gente vai na casa de um e conversa, vai na casa do outro e conversa, reuni todo mundo na casa de um e conversa. Reunião mesmo, familiar mesmo.”* Ademais são realizadas reuniões mensais onde estão presentes os membros da associação dos assentados da região. Essa realidade pode ser notada pela fala da entrevistada: *“Tem uma reunião uma vez por mês também, da associação. Aí também a gente encontra todo mundo.”*

Em comparação com o primeiro assentamento, verificamos que o Assentamento 2 apresenta um nível maior de organização das informações da comunidade, possibilitando que haja o planejamento da produção e da venda, bem como a divulgação de oportunidades de capacitação dos membros, democratizando o acesso às informações, como visto na fala da entrevistada: *“A gente tem reuniões mensais. Essas reuniões são pra falar sobre pontos de comercialização, cursos que vai ter na região, cursos do SENAR e perguntar quem tem interesse, alguma*

informação que a Secretaria de Agricultura passa e que precisa informar o grupo sobre alguma coisa.”

Adicionalmente, a representante nos apresenta a fala *“Sempre estou consultando eles (membros da comunidade). Eu sempre tô informando eles no grupo. A gente faz uma reunião pra tratar daquele assunto que tá tendo ali no momento. Meu papel é exatamente esse, de organizar, de motivar e de mostrar que é possível. Se eu tô nas feiras, se tô em outro lugar sempre tiro fotos, mostro e posto no grupo (Whatsapp). É a forma que eu encontro de motivar eles. É uma forma de mostrar que dá pra viver da terra, que é possível produzir, vender, ter seu dinheiro, pagar suas contas.”* Nesse momento, é notável pelo discurso que as decisões são tomadas em conjunto com o grupo e os comunicados são disponibilizados de livre acesso aos membros, sem que haja uma concentração em um único responsável, possibilitando que a comunidade opine sobre o andamento das atividades e dê sugestões sobre eventuais mudanças desejadas.

Ao analisarmos a literatura coletada durante a elaboração da revisão da literatura, foi possível compreender que a realidade vivida por outros pequenos produtores rurais alinha-se com a apresentada pelos casos aqui apresentados, em virtude de que os pequenos agricultores, em grande parte de nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, encontram-se a margem do mercado, gerando, assim, um nível menor de acesso à recursos e, conseqüentemente, a melhoria de sua capacidade gerencial.

Raunpaka e Savetpanuvong (2017), ao estudar comunidades de pequenos produtores no Norte da Tailândia, puderam afirmar que as comunidades de pequenos produtores rurais possuem uma capacidade limitada de gerenciamento das suas informações, confiando principalmente nas informações passadas pelos seus pares e se utilizando de canais tradicionais como a televisão, telefone e o governo para acessarem dados sobre o mercado e demanda de produtos agrícolas, mostrando, assim, a paridade entre o contexto brasileiro e o asiático.

4.2.8 Compartilhamento da Mão de Obra

Um dos fatos em destaque na realização das entrevistas junto às representantes dos assentamentos rurais foi a constatação da prática de compartilhamento de mão de obra na comunidade. Sob a perspectiva de que a mão de obra rural está contida no âmbito dos recursos humanos, em virtude de ser um fator preponderante para capital produtivo, e o uso deste recurso pode ser otimizado e acessado por uma comunidade que teria dificuldade de contratá-lo, considera-se o compartilhamento da mão de obra como prática integrante da Economia Compartilhada.

Isso é justificado a partir da análise do conteúdo registrado durante a entrevista na segunda comunidade, Assentamento 2, cuja representante afirma que no assentamento os membros se reúnem todas as segundas e sextas-feiras para trabalhar de forma conjunta (mutirão) na propriedade de um dos assentados, havendo rodízio nas áreas trabalhadas. As atividades realizadas pelo mutirão têm como objetivo comum o de auxiliar os membros da comunidade no cuidar da terra, sendo que os trabalhos vão de acordo com a demanda informada pelo proprietário que recebe a ajuda e são feitos de forma voluntária.

Entre os benefícios observados na prática de compartilhamento da mão de obra dos membros da comunidade, vemos, do ponto de vista comunitário, o estímulo motivacional dos membros que integram o mutirão. Os componentes do grupo afirmam que a iniciativa contribui para um clima saudável entre os trabalhadores, tornando o trabalho mais leve no dia-a-dia e gerando um maior senso de comunidade entre eles, em virtude da relação de reciprocidade que o movimento promove.

Além disso, avaliam que o aprendizado é gerado de forma conjunta, cujos conhecimentos individuais são passados espontaneamente entre os integrantes, possibilitando um ganho de produção nas terras que recebem o auxílio do mutirão, já que as melhores práticas compartilhadas. Essa realidade é constatada nas palavras da entrevistada: *“O pessoal que tá no grupo disse que tá gostando muito, tá conseguindo fazer o que realmente importa, ajudar na limpeza da chácara, é ajudar na produção. Hoje eles dizem que são mais produtivos e é uma forma de unir, uma forma de se unir, de se juntar e se ajudar.”*

Do ponto de vista dos ganhos econômicos, o mutirão possibilita que os membros das propriedades contidas no assentamento reduzam seu dispêndio na contratação de mão de obra, visto que o mutirão supre as necessidades dos assentados em tarefas que necessitariam de um uso mais intensivo de mão de obra, o que possibilita a alocação de recursos para demais áreas prioritárias. A realidade é observada nas palavras da entrevistada: *“Hoje a gente aqui, é um exemplo meu, a gente não paga mais assim, porque antes a gente pagava o vizinho ajudar a limpar, a ajudar a fazer alguma coisa na chácara. Não dava conta de fazer só, pagava uma diária pra alguém.”*

Adicionalmente, vale a pena a análise da seguinte fala da entrevistada: *“E a gente precisa pensa numa forma de não precisar trabalhar fora, porque a gente trabalhava fora mais pra pagar alguém trabalhar aqui dentro e foi uma maneira que a gente falou, ‘Ah, pelo menos com esse grupo de mutirão, a mão de obra a gente não precisava pagar mais e não precisaria trabalhar fora pra pagar outra pessoa pra vim, porque já tem o grupo.”* Nesse sentido, evidencia-se outra vantagem social gerada pela iniciativa, a manutenção da mão de obra em sua localidade de origem, cujos membros do assentamento não necessitam se deslocar para procura de emprego em outras áreas e delegar o trabalho de cuidar da terra à terceiros, o que evidencia um fomento da economia local a partir da mão de obra local.

O Assentamento 1 não foi indicado na presente análise, em virtude de que as práticas de compartilhamento da mão de obra do assentamento não são mais realizadas com tanta expressão na comunidade, se restringindo somente a poucos indivíduos que ainda possuem condições físicas para o trabalho braçal e às atividades pontuais de produção de farinha.

4.2.9 Compartilhamento de Animais e Produtos Derivados

Passando para a perspectiva do compartilhamento de animais e a possibilidade do acesso aos seus benefícios, foi notável a presença de tais práticas principalmente na realidade do Assentamento 2, cujos membros realizam trocas de animais e por outros recursos e a comercialização na comunidade de produtos derivados. O estudo do Assentamento 1 não foi contemplado nesse tópico, em virtude

de que não foram evidenciados tais hábitos nessa comunidade, como indicado na fala da entrevistada: *“Cada um tem o seu (animal).” “Fica pra cada um (produtos de origem animal). Seu leite é seu leite, seu produto do leite também é seu.”*

Sumariamente, o Assentamento 2 aqui apresentado foca sua produção animal na bovinocultura e nos produtos derivados do leite, como queijo, no qual é vendido na própria comunidade e externamente. Essa realidade é identificada a partir da verificação do discurso da representante: *“A gente tem duas vacas. É pra leite. A gente não pretende ter muita vaca, é somente pra sustentabilidade (subsistência). Pra gente nosso próprio leite, fazer queijo. Quando ela duas tava dando leite, eu fazia queijo, vendia, era uma renda a mais.”*

Nesse contexto, a representante ainda afirma que os produtos excedentes ao consumo da família são comercializados dentro da própria comunidade, possibilitando que os membros acessassem alimentos que não possuem condições de produzir e necessitariam recorrer a fornecedores externos para adquiri-los: *“Eu mesma que produzia (queijo) e vendia pro pessoal aqui. Quando tinha reunião na comunidade pra fazer alguma coisa, eu sempre levava pra vender e o pessoal falava ‘nossa, seu queijo é bom.’ Levava pras feiras, tava me dando um retorno muito bom.”* Tal evidência vai de encontro com a teoria apresentada por Gugerell et al. (2019), no qual nos mostra que produtores rurais europeus realizam iniciativas semelhantes as aqui apresentadas, possibilitando que os consumidores tenham acesso direto aos alimentos diretamente do agricultor. Tal argumentação nos mostra que as práticas de compartilhamento de animais estão menos focadas no compartilhamento de animais e, sim, no acesso à determinado recurso proveniente dos mesmos.

Adicionalmente, tais ações não ficam restritas somente à criação de gado, mas expande-se para a suinocultura e a piscicultura. Em relação à primeira, a entrevistada afirma que a criação de porcos é feita de forma conjunta na comunidade e os privilégios gerados são usufruídos de forma isonômica no assentamento: *“A gente cria porco. Engorda porco pra tirar a gordura, a gente fica seis meses sem comprar óleo.”* Em relação a segunda cultura, o consumo é realizado com produtos provenientes da própria comunidade, possibilitando que o capital financeiro permaneça junto aos produtores do assentamento: *“A vizinha ali cria peixe e a gente compra dela. Tilápia, né? Então a gente procura o máximo consumir os produtos daqui (da comunidade). E o que a gente consegue tirar dos outros produtos, a gente compra o mínimo na rua.”*

Levando em consideração as informações aqui apresentadas, é evidente as vantagens geradas por essas iniciativas de amplo acesso à recursos de origem animal pelos membros das comunidades. Com essas práticas, os assentados estimulam o trabalho em conjunto e a economia local, bem como a distribuição dos custos relacionados à produção, trazendo, assim, benefícios para toda a comunidade. Vemos que os animais e os produtos derivados podem ser classificados como recursos muitas vezes subutilizados, sob a ótica da economia compartilhada, e o compartilhamento de dessas provisões incentiva a adaptabilidade e os sistemas agrícolas locais, por meio da promoção do acesso físico e das experiências pessoais e comunitárias Gugerell *et al.* (2019).

4.2.10 Habilidades e Conhecimentos

Em análise ao compartilhamento de recursos intangíveis percebidos durante a realização das entrevistas com os representantes dos assentamentos rurais, as habilidades e conhecimentos do grupo foram ressaltadas como iniciativas preponderantes na conjuntura de trabalho dos membros. Foi verificado em ambos os assentamentos que há a divulgação de conhecimentos de forma espontânea, apresentando técnicas e dicas de produção que possibilitam a angariação de benefícios mútuos.

Na realidade no Assentamento 1, evidencia-se que tais práticas se relacionam com a divulgação de técnicas de plantio e na produção de farinha, contudo, tais práticas acabam por não serem registradas e serem repassadas de forma falada, o que dificulta a gestão do conhecimento, como apresentado pela entrevistada: *“Isso é o que mais tem aqui, um palpite, né? ‘Vou plantar tal capim aqui, ah mas esse não dá certo. Planta esse outro’. Sempre tem isso. Aí costumo trocar.” “Nada! Fica sempre de boca mesmo.”* (registro do conhecimento).

Adicionalmente, vemos que os membros possuem a iniciativa de ensinar os demais membros que se disponibilizam na produção, o que auxilia na promoção de tais práticas de compartilhamento de conhecimentos: *“Quando quer ver o processo da farinha, a gente ensina, porque muitos nem conhece. A gente sempre ensina.”*

Em comparação com o Assentamento 2, verifica-se que as mesmas práticas são realizadas nessa realidade. Em virtude do mutirão organizado pelos membros semanalmente, explanado no tópico 4.2.8, as técnicas de plantio são disseminadas pela comunidade no momento do trabalho, possibilitando que os produtores adquiriam informações de seus pares amplamente, possibilitando a equidade produtiva e técnica das propriedades contidas no assentamento. Pelos argumentos apresentados é possível notar os benefícios proporcionados por tais práticas: *“Aprende muito, porque você tá fazendo uma coisa aqui que não tá dando muito certo, aí você vai na chácara do outro e o outro tá fazendo e falou ‘tô fazendo desse jeito e pra mim tá bom’. Então, um ajuda o outro, um da dica pro outro.”*

Igualmente à comunidade anteriormente descrita, os membros da segunda não realizam o registro dessas informações, sendo estas repassadas verbalmente aos assentados: *“A gente não anota, mas sempre guarda. Quando a gente vai fazer, a gente lembra.”*

Paralelamente, a teoria selecionada durante a Revisão Sistemática da Literatura, corrobora com os argumentos aqui presentes. Como evidenciado por Raungpaka e Savetpanuvong (2017), o compartilhamento de conhecimentos está pautado na divulgação recíproca de melhorias produtivas, dicas, e das melhores técnicas de plantio entre os produtores rurais, encorajando que os mesmos adquiram maiores informações e as apliquem em suas próprias propriedades. Tal realidade nos mostra que essa prática de compartilhamento não se encontra restrita a uma determinada região de estudo e é disseminada junto aos pequenos produtores rurais.

Levando em consideração a realidade dos assentamentos estudados, é possível notar que os membros das comunidades apoiam as práticas de divulgação de conhecimento entre seus pares, promovendo o repasse de técnicas e dicas de plantio para que haja um crescimento conjunto do assentamento e uma equiparação entre as diversas propriedades. Claramente, é visualizado que os proprietários rurais que não possuem recursos financeiros em escala recorrem à colaboração para o crescimento conjunto, possibilitando o empoderamento do pequeno produtor (WILLIAMS, 2018).

4.2.11 Sistemas de Distribuição

Ao analisarmos sob a perspectiva logística, avaliamos o ponto de venda e compra de insumos são realizados em conjunto em ambas as comunidades estudadas, como evidenciado nas análises anteriores. Contudo, ainda não foi explanado na presente pesquisa as práticas de compartilhamento dos canais logísticos envolvidos nos assentamentos, especificamente para a compra de insumos agrícolas.

Evidenciando a realidade do primeiro assentamento, é possível notar que para a aquisição compra de insumos os membros da comunidade recorrem à cooperativa local, onde dividem entre si a mesma cota da instituição, possibilitando que compras sejam realizadas em conjunto e em maior quantidade e maiores descontos nas mercadorias adquiridas. No outro extremo da cadeia de suprimentos, nota-se que o sistema de distribuição dos alimentos para o consumidor é conjuntamente utilizado e os custos proporcionalmente divididos, o que pode ser comprovado pela fala da entrevistada: *“Ótimos benefícios, porque a gente divide a gasolina que leva, né? Já fica mais barato, se fosse eu pagar sozinha, o que eu ia vender, as vezes eu vendo pouco, não daria nem pra gasolina, mas se eu fosse dividir com mais três ou quatro pessoas já vai ficar mais barato pra mim. Qualquer coisinha que eu fosse vender lá (na feira) já é lucro. Eu vou dividir a despesa.”*

Paralelamente, no Assentamento 2 as compras dos insumos agrícolas para a comunidade são feitas junto ao mesmo fornecedor, o qual não possui a mesma estrutura que uma cooperativa rural, porém utiliza do mesmo sistema de cota de venda para o assentamento atendido, entregando os produtos nas propriedades de forma separada ou entregando em uma propriedade de referência, como apresentado na fala seguinte: *“Eu mando a lista deles, o rapaz vem, deixa aqui. Às vezes, eles falam pra levar pra chácara deles e o rapaz vai levar. É melhor até pro rapaz na hora de trazer, porque o rapaz descarrega tudo aqui e eles (assentados) passam aqui em pegam.”*

Concomitantemente, o modelo utilizado pela segunda comunidade preza pela transparência, visto que os membros do assentamento utilizam uma plataforma comum, *Whatsapp*, para a organização das listas dos produtos solicitados junto ao fornecedor, o que estimula a organização e eficiência no momento de entrega dos

produtos. Os benefícios aqui descritos estão evidenciados no seguinte discurso: *“Eu faço esse trabalho de organizar na hora da compra. A produtividade deles (assentados) aumentou, porque antes era um liga pro ‘homi’, aí quando passava dois dias o outro ligava. Aí até o rapaz ficava com dificuldade de organizar, sem saber que dia vim, porque um ligava e outro dia ligava outro e demorava muito e a gente não conseguia manter a sequência de produção. Sempre ficava sem produto, porque não tinha sequência.”*

Em convergência com a teoria selecionada, Asian *et al.* (2019) nos mostra que no contexto de nações do Pacífico essas formas de compartilhamento dos sistemas de distribuição também são uma realidade, evidenciando que na Indonésia comunidades agrícolas utilizam de plataformas compartilhadas para gestão logística de produtos de origem animal e vegetal.

4.2.12 Responsabilidades

Ao analisarmos as responsabilidades atreladas aos membros dos grupos estudados, é notável que o trabalho agrícola é feito de forma colaborativa no ambiente dos assentados. Contudo, verifica-se que tal atividade não é feita de forma ampla, podendo identificar-se ainda a divisão de tarefas e a concentração de atividades em determinados indivíduos.

No primeiro assentamento, evidencia-se que de forma geral as práticas agrícolas do assentamento são feitas de forma colaborativa, possibilitando que várias pessoas assumam diversas responsabilidades, como visto na seguinte fala: *“Todo mundo assume junto. Vamo trabalha, vamo trabalhar junto. Tem uns que toma a frente.”* Essa realidade trás benefícios do ponto de vista produtivo, em virtude de que aqueles com menos condições podem usufruir do trabalho realizado em conjunto para o cultivo da terra: *“Tem todos os benefícios, porque se não for assim, for uma pessoa sozinha, num dá conta, gente.”*

No segundo contexto, vemos que o modelo apresenta-se de forma mista, tendo membros que assumem responsabilidades restritas a eles e outros que compartilham responsabilidades, como é o caso do mutirão de trabalho, onde os assentados trabalham em conjunto com os demais na propriedade de um membro da

comunidade. A realidade da restrição de tarefas é vista na seguinte fala: *“Nós temos uma diretoria. Tem a secretaria, tem a tesoureira, tem os fiscais.”*

Ao analisarmos a teoria vemos uma realidade convergente com a apresentada, contudo, o foco não está vinculado à divisão de responsabilidades operacionais com os membros do grupo e, sim, concentrado nas responsabilidades gerenciais, que envolvem decisões e estratégias de governança, como o gerenciamento coletivo (LEVKOE et al., 2017).

4.2.13. Financiamento Coletivo

Por constituírem comunidades de pequenos produtores rurais com uma produção reduzida, o que diminui suas margens e impossibilita a realização de investimentos consideráveis, bem como a dificuldade em acessar crédito junto às instituições financeiras, os assentamentos recorrem às práticas alternativas e colaborativas para angariação de recursos para investimentos na produção. Verificando a teoria selecionada, é notável que em outras regiões o *crowdfunding* é utilizado por produtores rurais para cumprir os objetivos descritos, sendo essa prática caracterizada por D’Ambrosi (2018) como a prática de financiamento de projetos ou investimentos a partir da captação de recursos junto a um número considerável de indivíduos.

Na realidade do Assentamento 1, os assentados acessam recursos financeiros junto aos próprios membros da comunidade, por meio da junção do capital dos diferentes membros que, posteriormente, realizam investimentos que beneficiem os envolvidos na iniciativa, como a compra de maquinário ou a contratação de determinado serviço. A presente realidade pode ser constatada no discurso aqui apresentado: *“A gente faz é juntar. Pegar emprestado com o que tem mais e depois vai pagando aos poucos e assim que a gente faz. Ninguém gosta de mexer com banco e ficar devendo, ninguém gosta.”* *Aí se um tem uma quantia a mais, a gente pega emprestado e depois você vai pagando aos poucos, da maneira que cê dá conta e vai assim.”*

O modelo assemelha-se ao apresentado por Gugerell et al. (2019), no qual explana que o financiamento coletivo e os empréstimos diretos entre os membros são práticas existentes na agropecuária, onde a propriedade e o gerenciamento dos recursos animais ou mecanizados são compartilhados de forma comunitária via

acordos entre os pares, visto que no Assentamento 1 os recursos são adquiridos em conjunto e controlados pelos membros detentores do ativo, proporcionando uma característica de multipropriedade.

Adicionalmente, vale observar o senso de comunidade apresentado nas falas da entrevistada. Evidencia-se que os membros costumam realizar empréstimos junto a seus pares e vender outros recursos para que possam suprir a carência de capital financeiro: *“As compra dos materiais de maquinário foi tudo eles se ajuntaram, os cinco. E os que não tinham dinheiro em caixa, venderam umas vacas, vendeu alguma coisa e juntaram e compraram. E pra comprar todas as outras máquina foi assim. Sempre foi assim. Tudo em parte igual.”*

Paralelamente, na segunda comunidade estudada destaca-se que o modelo para financiamento coletivo diverge do apresentado no primeiro assentamento, porém, sem perder seu caráter colaborativo e comunitário. No Assentamento 2, os indivíduos organizam-se em torno da prática de consórcio, nos quais destinam uma quantidade de recursos mensais e iguais para a formação de um fundo comum conjunto que, depois por meio de sorteio, é utilizado para contemplar os contribuintes, possibilitando que estes adquiriam bens ou serviços que desejarem.

Mais especificamente, o sorteio é feito no início da formação do grupo, possibilitando que os assentados saibam quando vão adquirir os recursos. Operacionalmente, o consórcio encerra-se depois que todos os membros adquirirem o capital investido, obrigando que os indivíduos continuem embutindo dinheiro mesmo que já tivessem sido contemplados, evidenciando a característica comunitária e igualitária dessa prática de financiamento coletivo.

O financiamento coletivo apresenta-se como uma alternativa para que os pequenos produtores rurais possam acessar capital financeiro e tenham condições de realizar investimentos no cultivo e no aumento de sua produção, estimulando, assim, a diminuição das desigualdades frente aos grandes produtores rurais e que aqueles não fiquem à margem do mercado agrícola.

4.2.14 Habitação

Em relação ao compartilhamento habitacional, que compreende, segundo D'Ambrosi (2018), uma disposição alternativa, cujas pessoas compartilham um ambiente doméstico em que cada indivíduo retém um espaço privado, não foi possível identificar tal prática nos ambientes agrícolas estudados. Ao perguntar pra a entrevistada sobre essa realidade na comunidade, afirmou que “*cada um tem sua casa.*”, mostrando assim que os membros do assentamento ainda recorrem à propriedade privada no contexto habitacional.

Na conjuntura da segunda comunidade, vemos a mesma característica da anterior. Os membros do assentamento ainda residem em suas próprias residências individuais e não realizando a divisão desse espaço com outros indivíduos, senão com seu próprio núcleo familiar.

Quadro 3 – Comparativo das Práticas de EC nos Assentamentos com a Teoria

Práticas de Economia Compartilhada	Ocorrência		
	Revisão da Literatura	Assentamento 1	Assentamento 2
1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos	X	X	X
2. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos	X	X	X
3. Financiamento Coletivo	X	X	X
4. Compartilhamento de Insumos Agrícolas	X	X	X
5. Compartilhamento de Alimentos	X	X	X
6. Compartilhamento Instalações/Local de Trabalho	X	-	X
7. Compartilhamento do Ponto de Venda	X	X	X
8. Compartilhamento Habitacional	X	-	-
9. Compartilhamento de Energia	X	X	X
10. Compartilhamento de Responsabilidades	X	X	-
11. Sistema de Distribuição Compartilhado	X	X	X
12. Compartilhamento de Animais	X	-	X

13. Compartilhamento de Informações	X	X	X
14. Compartilhamento da Mão de Obra	-	-	X

Realizando um comparativo com as práticas de compartilhamento identificadas na Revisão da Literatura com as identificadas nos estudos empíricos, é possível verificar que há semelhança e pontos em comum da teoria com os dados coletados na pesquisa de campo, evidenciando, assim, o caráter adaptativo e escalável da Economia Compartilhada quando aplicado na conjuntura agrícola.

Ao analisarmos o Quadro 3, é verificável que práticas de compartilhamento são explanadas tanto na teoria, quanto aplicadas nos assentamentos rurais estudados, como é o caso do Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos e do Financiamento Coletivo.

Em contrapartida, no caso da mão de obra, demonstra-se que esta prática é restrita à realidade do Assentamento 2, não sendo identificada nas obras estudadas durante a Revisão da Literatura, nem no contexto do Assentamento 2.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Considerações Finais

Na economia do futuro o planeta se tornou uma única espaçonave, sem reservatórios de resíduos provenientes da poluição e da extração de matérias-primas, na qual o homem encontra-se em um sistema ecológico cíclico, capaz de reutilizar continuamente os materiais (BOULDING, 1966). Apesar de constituir um panorama praticamente utópico, a terra idealizada por Kenneth E. Boulding, de certa forma, tem a oportunidade de se concretizar.

O modelo linear da economia, que determinou a forma de consumo da nossa sociedade historicamente, é visto como insustentável e, por essa razão, deve ser modificado se quisermos que as gerações futuras se perpetuem. A Economia Circular, vista como uma estrutura alternativa ante a vigente, apresenta-se como melhor caminho para a prosperidade da humanidade, possibilitando que vivamos em consonância com o meio-ambiente. Práticas com viés comunitário apoiam esse novo modelo econômico e, é nesse contexto de proteção ambiental e eficiência no uso dos recursos, que a Economia Compartilhada pode ser posta à prova.

Levando em consideração este panorama, a economia compartilhada na literatura científica e suas aplicações no ambiente organizacional, a presente pesquisa teve como objetivo central evidenciar como as práticas de compartilhamento podem ser aplicadas na esfera agrícola, estudando os impactos gerados ao pequeno produtor dos assentamentos rurais.

Analisando as obras sobre o tema junto à comunidade científica, a partir da elaboração da revisão sistemática da literatura, chegou-se à conclusão que a economia compartilhada no ambiente agrícola ainda carece de estudos científicos, sendo que aqueles já propostos concentram-se principalmente no continente europeu e caracterizam-se por apresentarem casos pontuais acerca do assunto aqui proposto. Contudo, positivamente, evidencia-se que o ambiente rural já emprega práticas de compartilhamento de recursos e essas são identificadas em comunidades distintas das que concentram os estudos, concluindo, assim, a característica adaptativa e plural desse modelo econômico.

Ao compararmos as técnicas detectadas na análise da literatura com a realidade dos assentamentos rurais do Distrito Federal e Entorno, observou-se que elas estão presentes na esfera brasileira e são aplicadas de forma ampla nas comunidades estudadas.

Adicionalmente, com o objetivo específico de avaliar os impactos gerados pelas práticas de compartilhamento aplicadas ao ambiente dos assentamentos rurais, percebe-se uma amplitude de vantagens na utilização do compartilhamento de recursos entre os membros das comunidades, especialmente na diminuição de custos de produção, acesso à recursos e conhecimentos limitados aos pequenos produtores rurais e eficiência na produção de alimentos, bem como, o crescimento contínuo das propriedades que constituem a comunidade.

Finalmente, o estudo contribuiu para evidenciar que as práticas de economia compartilhada na conjuntura agrícola possibilitam que os pequenos produtores rurais acessem recursos anteriormente restritos aos agricultores de grande porte e, ao mesmo tempo, usufruam dos benefícios por elas proporcionados, por meio da união de esforços conjuntos que estimulem o trabalho colaborativo e o crescimento recíproco.

5.2 Limitações da Pesquisa

Por possuir um caráter exploratório, a pesquisa em questão concentrou-se na verificação do fenômeno da economia compartilhada no ambiente agrícola e os impactos por ela gerado foram estudados a partir do discurso das representantes dos assentamentos rurais, carecendo, assim, de uma mensuração quantitativa das consequências em relação às mudanças na produção e à ganhos financeiros gerados. Adicionalmente, essa limitação de pesquisa ainda impossibilitou que fossem mensurados os ganhos identificados no ponto de vista ambiental ao empregar-se as práticas de compartilhamento nas propriedades.

Finalmente, por possuímos um cronograma e recursos limitados, não foi possível a realização de uma coleta de dados mais robusta acerca dos assentamentos rurais, impossibilitando o mapeamento das comunidades que praticam o compartilhamento de recursos e, conseqüentemente, a elaboração de um trabalho com viés holístico sobre a região de estudo.

5.3 Sugestões de Trabalhos Futuros

Como evidenciado na literatura vigente sobre a economia compartilhada, vê-se necessário uma melhor explanação sobre seu conceito sob a ótica das organizações agrícolas e os agentes influenciados por estas.

Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se que estudos relacionados às práticas de compartilhamento sejam realizados em regiões diversificadas da que constitui o presente estudo, possibilitando verificação do fenômeno e avaliando se este é endêmico ou identificado em outras localidades.

Adicionalmente, orienta-se que pesquisas qualitativas e de caráter de intervenção sejam realizadas junto aos assentamentos rurais, possibilitando a análise das consequências financeiras e ambientais geradas a partir do início da utilização de tais práticas nas propriedades, além da identificação das relações presentes entre as diversas práticas de economia compartilhada.

REFERÊNCIAS

ACQUIER, A.; DAUDIGEOS, T.; PINKSE, J. Promises and paradoxes of the sharing economy: An organizing framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 125, n. xxxx, p. 1–10, 2017. Elsevier. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2017.07.006>>. .

AGUIAR, L. DA C.; DELGROSSI, M. E.; THOMÉ, K. M. Short food supply chain: characteristics of a family farm Short food supply chain: características na agricultura familiar Luane da Conceição Aguiar¹. **Ciência Rural**, v. 48, n. 5, p. 1–8, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20170775>>. .

ALVES, R. A. **Redes Sociais no Processo de Gestão Coletiva : O Caso dos Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Unaí**, 2015. Universidade de Brasília.

ANDERSEN, M. S. An introductory note on the environmental economics of the circular economy. **Sustainability Science**, v. 2, n. 1, p. 133–140, 2007.

ARVIDSSON, A. Value and virtue in the sharing economy. **Sociological Review**, v. 66, n. 2, p. 289–301, 2018.

ASIAN, S.; HAFEZALKOTOB, A.; JOHN, J. J. Sharing economy in organic food supply chains: A pathway to sustainable development. **International Journal of Production Economics**, 2019. Elsevier B.V. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0925527319302245>>. .

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1977.

BELK, R. Why not share rather than own? **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 611, n. 1, p. 126–140, 2007.

BELK, R. You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 8, p. 1595–1600, 2014. Elsevier Inc. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.10.001>>. .

BOCKEN, N. M. P.; RITALA, P.; HUOTARI, P. The Circular Economy: Exploring the Introduction of the Concept Among S&P 500 Firms. **Journal of Industrial Ecology**, v. 21, n. 3, p. 487–490, 2017.

BOULDING, K. E. The Economics of the Coming Spaceship Earth. **Environmental Quality Issues in a Growing Economy**, p. 3–15, 1966. Disponível em: <http://arachnid.biosci.utexas.edu/courses/THOC/Readings/Boulding_SpaceshipEarth.pdf%5Cnpapers2://publication/uuid/0F600AD0-7578-4B46-9B3A-A15EF8356C8D>. .

BRADLEY, K.; PARGMAN, D. The sharing economy as the commons of the 21st century. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 10, n. 2, p. 231–247, 2017.

BRONFENBRENNER, U. **The Ecology of Human Development**. 1979.

CANCINO-ESPINOZA, E.; VÁZQUEZ-ROWE, I.; QUISPE, I. Organic quinoa (*Chenopodium quinoa* L.) production in Peru: Environmental hotspots and food security considerations using Life Cycle Assessment. **Science of the Total Environment**, v. 637–638, p. 221–232, 2018. Elsevier B.V. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.05.029>>. .

CHERRY, C. E.; PIDGEON, N. F. Is sharing the solution? Exploring public acceptability of the sharing economy. **Journal of Cleaner Production**, v. 195, p. 939–948, 2018. Elsevier Ltd. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.278>>. .

CIULLI, F.; KOLK, A. Incumbents and business model innovation for the sharing economy: Implications for sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 214, p. 995–1010, 2019. Elsevier Ltd. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.295>>. .

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38–43, 2008. Disponível em: <<http://www.magonlinelibrary.com/doi/abs/10.12968/bjon.2008.17.1.28059>>. .

D'AMBROSI, L. Pilot study on food sharing and social media in Italy. **British Food Journal**, v. 120, n. 5, p. 1046–1058, 2018.

DAUNORIENĖ, A.; DRAKŠAITĖ, A.; SNIEŠKA, V.; VALODKIENĖ, G. Evaluating Sustainability of Sharing Economy Business Models. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 213, p. 836–841, 2015.

ECKHARDT, J.; NYKÄNEN, L.; AAPAOJA, A.; NIEMI, P. MaaS in rural areas - case Finland. **Research in Transportation Business and Management**, v. 27, n. March, p. 75–83, 2018. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rtbm.2018.09.005>>. .

EMBRAPA. **Atribuição das Terras do Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>>. .

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition**. Rome, FAO. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. 2018.

FAO. **The economic lives of smallholder farmers**. 2015.

FAO. **The future of food and agriculture: Trends and challenges**. 2017.

FAO. **The State of Agricultural Commodity Markets: Agricultural Trade, Climate Change and Food Security**. 2018.

FERRELL, O. C.; FERRELL, L.; HUGGINS, K. Seismic Shifts in the Sharing Economy: Shaking Up Marketing Channels and Supply Chains. **Journal of Marketing Channels**, v. 24, n. 1–2, p. 3–12, 2017. Taylor & Francis. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1046669X.2017.1346973>>. .

FONTE, M.; CUCCO, I. Cooperatives and alternative food networks in Italy. The long road towards a social economy in agriculture. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p. 291–302, 2017. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.01.019>>. .

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N. M. P.; HULTINK, E. J. The Circular Economy – A new sustainability paradigm? **Journal of Cleaner Production**, v. 143, p. 757–768, 2017. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.048>>. .

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5^a ed. 1999.

GOLLNHOFER, J. F. The Legitimation of a Sustainable Practice through Dialectical Adaptation in the Marketplace. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 36, n. 1, p. 156–168, 2016.

GUGERELL, K.; PENKER, M.; KIENINGER, P. What are participants of cow sharing arrangements actually sharing? A property rights analysis on cow sharing arrangements in the European Alps. **Land Use Policy**, v. 87, n. June, p. 104039, 2019. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104039>>. .

HAZELL, P.; POULTON, C.; WIGGINS, S.; DORWARD, A. The Future of Small Farms: Trajectories and Policy Priorities. **World Development**, v. 38, n. 10, p. 1349–

1361, 2010. Elsevier Ltd. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.012>>. .

HISANO, S.; AKITSU, M.; MCGREEVY, S. R. Revitalising rurality under the neoliberal transformation of agriculture: Experiences of re-agrarianisation in Japan. **Journal of Rural Studies**, v. 61, n. February, p. 290–301, 2018. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.01.013>>. .

HOEKSTRA, A. Y.; WIEDMANN, T. O. Humanity's unsustainable environmental footprint. **Science**, 2014.

HOFFMANN, R. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?** 2014.

HU, JIAYAO; LIU, Y. L.; YUEN, T. W. W.; LIM, M. K.; HU, JIALUN. Do green practices really attract customers? The sharing economy from the sustainable supply chain management perspective. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 149, n. December 2018, p. 177–187, 2019. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.05.042>>. .

INCRA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. .

KALMYKOVA, Y.; SADAGOPAN, M.; ROSADO, L. Circular economy - From review of theories and practices to development of implementation tools. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 135, n. February 2017, p. 190–201, 2018. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.10.034>>. .

KIRCHHERR, J.; REIKE, D.; HEKKERT, M. Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 127, n. September, p. 221–232, 2017.

KNICKEL, K.; REDMAN, M.; DARNHOFER, I.; et al. Between aspirations and reality: Making farming, food systems and rural areas more resilient, sustainable and equitable. **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 197–210, 2018.

KORHONEN, J.; HONKASALO, A.; SEPPÄLÄ, J. Circular Economy: The Concept and its Limitations. **Ecological Economics**, v. 143, p. 37–46, 2018. Elsevier B.V. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.06.041>>. .

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. **Journal of Rural Studies**, v. 68, n. April 2018, p. 159–170, 2018. Elsevier.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.007>>. .

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos**. 1º ed. 2004.

LEUNG, X. Y.; XUE, L.; WEN, H. Framing the sharing economy: Toward a sustainable ecosystem. **Tourism Management**, v. 71, n. August 2018, p. 44–53, 2019. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.09.021>>. .

LEVKOE, C. Z.; LOWITT, K.; NELSON, C. “Fish as food”: Exploring a food sovereignty approach to small-scale fisheries. **Marine Policy**, v. 85, n. May, p. 65–70, 2017. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2017.08.018>>. .

LIRA, H. B.; TEDESCO, P. A. Gerenciamento de conflitos em sistemas colaborativos : revisão sistemática da literatura. , p. 25–36, 2015.

LIU, Q.; LI, H. MING; ZUO, X. LI; ZHANG, F. FEI; WANG, L. A survey and analysis on public awareness and performance for promoting circular economy in China: A case study from Tianjin. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, n. 2, p. 265–270, 2009. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.06.003>>. .

LOH, P.; AGYEMAN, J. Urban food sharing and the emerging Boston food solidarity economy. **Geoforum**, v. 99, n. January 2018, p. 213–222, 2019. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.08.017>>. .

MARQUES, V. P. M.; DEL GROSSI, M. E. **Policy in Focus**. 2015.

MURRAY, A.; SKENE, K.; HAYNES, K. The Circular Economy: An Interdisciplinary Exploration of the Concept and Application in a Global Context. **Journal of Business Ethics**, v. 140, n. 3, p. 369–380, 2017. Springer Netherlands.

PARENTE, R. C.; GELEILATE, J. M. G.; RONG, K. The Sharing Economy Globalization Phenomenon: A Research Agenda. **Journal of International Management**, v. 24, n. 1, p. 52–64, 2018. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.intman.2017.10.001>>. .

POTTINGER, L. Growing, guarding and generous exchange in an analogue sharing economy. **Geoforum**, v. 96, n. July 2017, p. 108–118, 2018. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.07.007>>. .

PWC. **Sharing or Paring? Growth of the sharing economy**. 2015.

QUEDA, O.; QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J. D. DOS. Assentamentos Rurais: Alternativas Frente ao Agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, v. 12, n. 1, p. 47–68, 2009. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/45>>. .

RADA, N.; HELFAND, S.; MAGALHÃES, M. Agricultural productivity growth in Brazil: Large and small farms excel. **Food Policy**, v. 84, n. April 2018, p. 176–185, 2019. Elsevier. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2018.03.014>>. .

RAUNGPAGA, V.; SAVETPANUVONG, P. Information orientation of small-scale farmers' community enterprises in Northern Thailand. **Kasetsart Journal of Social Sciences**, v. 38, n. 3, p. 196–203, 2017a. Elsevier Ltd. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.kjss.2016.08.018>>. .

RAUNGPAGA, V.; SAVETPANUVONG, P. Information orientation of small-scale farmers' community enterprises in Northern Thailand. **Kasetsart Journal of Social Sciences**, v. 38, n. 3, p. 196–203, 2017b. Elsevier Ltd. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.kjss.2016.08.018>>. .

RUBEN, R.; SLINGERLAND, M.; NIJHOFF, H. The agro-food chains and networks for development. **Development**. p.1–25, 2006.

SCHRÖDER, P.; VERGRAGT, P.; BROWN, H. S.; et al. Advancing sustainable consumption and production in cities - A transdisciplinary research and stakeholder engagement framework to address consumption-based emissions and impacts. **Journal of Cleaner Production**, v. 213, p. 114–125, 2019.

SENGUPTA, T.; NARAYANAMURTHY, G.; MOSER, R.; HOTA, P. K. Sharing app for farm mechanization: Gold Farm's digitized access based solution for financially constrained farmers. **Computers in Industry**, v. 109, p. 195–203, 2019a. Elsevier B.V. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.compind.2019.04.017>>. .

SENGUPTA, T.; NARAYANAMURTHY, G.; MOSER, R.; HOTA, P. K. Sharing app for farm mechanization: Gold Farm's digitized access based solution for financially constrained farmers. **Computers in Industry**, v. 109, p. 195–203, 2019b. Elsevier B.V. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.compind.2019.04.017>>. .

SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 2005.

SILVA, R. A.; DE PAIVA, M. S.; DINIZ, G. S. Desafios jurídico-regulatórios e

economia compartilhada: elementos para uma reflexão crítica. **Scientia Iuris**, v. 21, n. 2, p. 98, 2017.

UNCTAD. **Commodities and Development Report 2015: Smallholder Farmers and Sustainable Commodity Development**. 2015.

WILLIAMS, M. Women in rural South Africa: a post-wage existence and the role of the state. **Equality, Diversity and Inclusion**, v. 37, n. 4, p. 392–410, 2018.

WITTMAN, H.; DENNIS, J.; PRITCHARD, H. Beyond the market? New agrarianism and cooperative farmland access in North America. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p. 303–316, 2017. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.03.007>>. .

WORRELL, E.; REUTER, M. A. **Handbook of Recycling: State-of-the-art for Practitioners, Analysts, and Scientists**. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. 2001.

YUAN, BI, AND M. The circular economy. , v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://www.wrap.org.uk/about-us/about/wrap-and-circular-economy>>. .

ZHANG, T. C.; GU, H.; JAHROMI, M. F. What makes the sharing economy successful? An empirical examination of competitive customer value propositions. **Computers in Human Behavior**, v. 95, p. 275–283, 2018. Elsevier Ltd. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.03.019>>. .

ZINK, T.; GEYER, R. Circular Economy Rebound. **Journal of Industrial Ecology**, v. 21, n. 3, p. 593–602, 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Guia de Entrevista

Objetivos:

- Identificar as práticas de Economia Compartilhada que são utilizadas no assentamento rural;
- Avaliar os impactos dessas práticas no âmbito ambiental, da comunidade e na geração de lucro.

Práticas de Economia Compartilhada:

Práticas de Economia Compartilhada	Checklist
1. Compartilhamento de Maquinário e Equipamentos	
2. Compartilhamento de Habilidades e Conhecimentos	
3. Financiamento Coletivo	
4. Compartilhamento de Insumos Agrícolas	
5. Compartilhamento de Alimentos	
6. Compartilhamento do Local de Trabalho	
7. Compartilhamento do Ponto de Venda	
8. Compartilhamento de Materiais e Ferramentas	
9. Compartilhamento de Instalações	
10. Compartilhamento Habitacional	
11. Compartilhamento de Energia	
12. Compartilhamento de Responsabilidades	
13. Sistema de Distribuição Compartilhado	
14. Compartilhamento de Animais	

Apêndice B – Roteiro de Entrevista

Pergunta Geral:

- É realizada alguma prática de compartilhamento na comunidade?
(Ex: máquinas e equipamentos, adubo, ferramentas, alimentos produzidos e consumidos, etc.)

Perguntas Específicas:

- **Ferramentas, Máquinas e Equipamentos**

1. Como vocês fazem para gerir esse maquinário compartilhado?
2. Quais impactos positivo ou negativo vocês veem em compartilhar esses equipamentos na comunidade?

- **Produção e Alimentos**

3. Como as áreas de cultivo são utilizadas pelas famílias? As famílias cultivam em uma área comum ou cada uma planta em sua própria terra?
4. A respeito dos alimentos cultivados, vocês distribuem os alimentos entre as famílias ou cada uma consome o que produziu?
5. Como os alimentos produzidos são vendidos? Venda individual ou coletiva?
6. Quais impactos você vê nessa forma de cultivo e venda? (Positivos e negativos)

- **Conhecimento e Habilidades**

7. Como os conhecimentos sobre cultivo e manejo da terra são semeados na comunidade?
8. Vocês capacitam e ensinam os membros sobre cultivo e o plantio na comunidade?
9. Quais impactos essa forma de ensino e acesso ao conhecimento traz para as pessoas da comunidade? (Positivos e negativos)

- **Insumos e Instalações**

10. Vocês possuem espaços e instalações que são de uso comum da comunidade? Se sim, quais são? Por quês vocês escolheram fazer isso?
11. Cada família paga sua própria conta de luz ou é uma conta única para a comunidade?
12. Quais as vantagens e desvantagens em compartilhar esses espaços e instalações na comunidade?

- **Informações:**

13. Como vocês compartilham notícias, comunicados e decisões para os membros da comunidade?
14. Quais impactos você vê nessa forma de comunicar os membros do assentamento? (Positivos e negativos)

- **Responsabilidades e Deveres**

15. Como vocês tomam as decisões na comunidade?
16. Quais os vantagens e desvantagens essa forma de tomada de decisão traz para a comunidade?

- **Dinheiro e Recursos**

17. Como vocês realizam as compras no assentamento? Cada família compra os insumos para o plantio ou é feito em conjunto?
18. Vocês costumam realizar trocas de bens, insumos e equipamentos para o cultivo entre os membros da comunidade? Como isso é feito?
19. Vocês costumam juntar o dinheiro dos membros para financiar projetos e comprar bens na comunidade?
20. Quais os impactos positivos e negativos da gestão do dinheiro para a comunidade?